



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Seminário	REUNIÃO Nº: 1779/15	DATA: 18/09/2015	
LOCAL: Auditório Nereu Ramos	INÍCIO: 09h28min	TÉRMINO: 13h05min	PÁGINAS: 71

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

IARA LÚCIA GOMES BRASILEIRO - Coordenadora do Núcleo de Turismo e Sustentabilidade do Centro de Excelência em Turismo, da Universidade de Brasília - UnB.
ISABEL BARNASQUE - Coordenadora-Geral de Sustentabilidade do Ministério do Turismo.
ANA PAULA JACQUES - Representante do Movimento Slow Food.
CLEBER ÁVILA FERREIRA - Superintendente de Desenvolvimento do Centro-Oeste.
ALDICIR OSNI SCARIOT - Pesquisador da EMBRAPA Recursos Genéticos e Biotecnologia.
LUÍS ROBERTO CARRAZZA - Secretário-Executivo da Central do Cerrado.
JEREMIAS LUNARDELLI NETO - Presidente da Fundação Paulo de Tarso e Criador da Unidade Agroecológica Santa Branca.
EVANDRO AYER - Proprietário da Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Vagafogo, Pirenópolis - GO.
CESAR VICTOR DO ESPIRITO SANTO - Secretário Executivo da Funatura - Fundação Pró-Natureza.

SUMÁRIO

Seminário Bioma Cerrado - Normas de Conservação e Uso Sustentável.
Tema: Perspectivas do Turismo Sustentável no Cerrado

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Há um orador não identificado em breve intervenção.
Houve intervenção fora do microfone inaudível.
Houve exibição de vídeo.



O SR. COORDENADOR (Donizete Tokarski) - Bom dia, senhoras e senhores!

Vamos dar início ao segundo dia do nosso Seminário *Bioma Cerrado - Normas de Conservação e Uso Sustentável*.

Este Seminário está sendo organizado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, da Câmara dos Deputados, pela Frente Parlamentar Ambientalista e pela ECODATA, com o apoio do WWF, Mais Cerrado, EcoCâmara, SUDECO e BRB.

Para compor esta Mesa convidamos: a Sra. Isabel Barnasque, Coordenadora-Geral de Sustentabilidade, do Ministério do Turismo (*palmas*); a Profa. Iara Lúcia Gomes Brasileiro, Coordenadora do Núcleo de Turismo e Sustentabilidade do Centro de Excelência em Turismo, da Universidade de Brasília — UnB (*palmas*); e a Sra. Ana Paula Jacques, do Movimento Slow Food Cerrado (*palmas*).

O tempo de cada apresentação será, no máximo — no máximo, por favor! —, de 15 minutos.

Já em função já do nosso horário, gostaríamos de convidar, imediatamente, para que faça sua apresentação, a Profa. Iara Brasileiro. E nada melhor do que um brasileiro para falar sobre o turismo, principalmente aqui no Cerrado.

Gostaríamos de pedir a todos que ainda permanecem na parte externa do auditório que, por favor, venham para o ambiente principal e tomem assento para que possamos tratar deste importante assunto: o turismo para o desenvolvimento sustentável no Cerrado.

Com a palavra a Profa. Iara Lúcia Gomes Brasileiro, que disporá de 15 minutos.

A SRA. IARA LÚCIA GOMES BRASILEIRO - Bom dia a todos!

Eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer-lhes a honra de estar aqui, nesta manhã tão bonita, neste dia tão bonito, neste encontro tão importante para falarmos sobre o tema *Perspectivas do Turismo Sustentável no Cerrado*. Então, muito obrigada.

Como qualquer outro professor, eu tenho mania de tentar fazer a coisa a mais lúdica possível, é assim que acho que as coisas devem ser e, principalmente, para tratarmos desse assunto. Falávamos ali, agora há pouco, que falar de sustentabilidade não é uma coisa tão fácil.



Então, será que as pessoas entendem, será que nós entendemos o que realmente estamos falando quando usamos estas expressões: “sustentável”, “sustentabilidade”?

Nós vamos trabalhar um pouquinho essa ideia agora, nos 15 minutos de que disponho, não em 2 horas, (*risos*) como eu estou acostumada a falar com os meus alunos. Mas sintam-se absolutamente à vontade para discordar de mim. Este é um ambiente e um momento em que realmente pensamos sobre os assuntos e discutimos esses assuntos.

Quando eu recebi o convite, fiquei pensando assim: “*Nossa, falar de perspectivas do turismo!*” Perspectiva já é uma coisa difícil de se pensar. Falar de turismo é outra coisa complicada. Falar de sustentabilidade é mais uma. Eu falei: “*Caramba, estamos chegando a um desafio!*” Aí eu comecei a pensar de novo: “*Mas qual a diferença ou quais as ligações que nós teríamos entre perspectivas e desafios?*” E comecei a pensar nessas coisas, nesse assunto, nessa linha de raciocínio. Ontem, mais cedo, pude vir aqui e acompanhar um pouco as discussões que estavam acontecendo.

(Segue-se exibição de imagens.)

Pena que aqui está muito claro, mas esta foi uma fotografia que eu fiz há alguns anos. Então, temos ali um menininho. É um menininho quilombola, e ele estava olhando para o pai dele e coçando a cabecinha. Esta é uma foto de que eu gosto muito, porque ela me remete a essas coisas que nós temos que falar, às vezes, ou pensar: “*Que conceito eu vou dar para isso?*” Ficamos coçando a cabeça, pensando para que lado a coisa vai. Então, o nosso menininho está ali, e nós também, olhando para as perspectivas do turismo sustentável no Cerrado. O que nós vamos fazer com essa história?

Há outra imagem que, infelizmente, também está bastante clara, mas eu acho que dá para os senhores notarem aqui. Esta imagem eu fiz no interior da Bahia. Eu estava dentro de um carro. Não sei se os senhores conseguem perceber que aqui é um retrovisor. Os senhores conseguem perceber? (*Pausa.*)

Lá atrás, à direita, em cima...

O SR. COORDENADOR (Donizete Tokarski) - Há um apontador aí, professora.



A SRA. IARA LÚCIA GOMES BRASILEIRO - Sim, eu tenho um apontador, mas ninguém consegue segui-lo.

À direita desse espelho, os senhores estão vendo que tem um morrinho. Logo nessa outra parte, aqui na frente da minha mão, está uma estrada. Obviamente, eu consegui fazer essa foto sem querer. Eu não pensei assim: *“Ah, que bacana! Eu vou tirar essa foto”*. Não! Eu estava olhando pelo retrovisor e, de repente, pensei: *“Nossa, que legal, dá para ver a estrada”*. E bati a foto. Depois que fiz a foto, pensei assim: *“Caramba, isso aqui é o aqui e agora em fotografia”*.

E o que, na verdade, nós vemos nesta fotografia? É pena que os senhores não a possam ver, mas eu posso descrevê-la. Essa estradinha que eu estou falando que existe aqui, na verdade, sob o ponto de vista de quem está sentado ali, de quem está vendo a foto, ela parece que fica à frente. Parece que o carro está indo para lá. Mas, na verdade, é o que nós vimos para trás. Então, temos um plano da fotografia aqui, estamos vendo o passado e, na verdade, o futuro está logo ali à nossa frente.

Eu resolvi trazer esta foto exatamente para falarmos e pensamos sobre o que são esse presente, esse passado e esse futuro. Eu vou trabalhar com o passado do Cerrado? Eu vou trabalhar com o futuro do Cerrado, ou eu vou trabalhar com o presente do Cerrado?

Então, vamos ver o que podemos fazer por aqui.

E aí nós caímos nessa história das perspectivas e do desafio. Uma eu coloquei, realmente, no plural, e o outro eu resolvi deixar no singular. Eu fui procurar o que significa a palavra “perspectiva”. Vou deixar 10 segundos para os senhores pensarem; nem 10 segundos, pois eu não tenho tempo. Mas vamos pensar assim: quando falamos em perspectiva, o que passa pela cabeça de cada um? Perspectiva.

O SR. COORDENADOR (Donizete Tokarski) - Possibilidade.

(Não identificado) - Falta d’água.

A SRA. IARA LÚCIA GOMES BRASILEIRO - Falta d’água? *(Risos.)*
Possibilidade.

O SR. COORDENADOR (Donizete Tokarski) - Potencialidade.

A SRA. IARA LÚCIA GOMES BRASILEIRO - Potencialidade...

Eu tinha uma tia que escrevia muito bem, ela era professora. Quando não tinha mais nada para ler, ela lia dicionários. Eu não faço isso. Infelizmente, os



dicionários hoje são todos eletrônicos e acabamos não lendo dessa forma, mas eu gosto muito de dicionários. Então, eu fui procurar esse verbete no Google, que mostrou 35 possibilidades de entender essa palavra de um modo diferente, com quatro sentidos diferentes. Eu comecei a pensar nesse sentido.

É verdade: há um ponto de vista, e esse ponto de vista, nessa perspectiva, significa qual é o sentido que eu dou para uma coisa. Quais são as possibilidades que eu tenho? Qual é a minha esperança em relação a alguma coisa? Qual é o meu entendimento, qual é a minha compreensão a respeito disso?

Os senhores veem que eu poderia falar sobre perspectivas do turismo sustentável no Cerrado por diversos ângulos, por diversas formas de entendimento, por diversas formas de sentimento, inclusive. Mas eu vou ficar nessa forma geral, mesmo, só para estimular — para desafiar, se os senhores quiserem —, para trazermos o assunto para a nossa mente e para o nosso coração, pensarmos sobre ele e refletirmos.

Os desafios, deixamos para depois. Desafio, vamos olhar lá no dicionário também: é aquela coisa que nos estimula além da nossa capacidade. E aí eu penso que, se é além da minha capacidade, eu não dou conta de fazer. Se eu parto do princípio de que é além da minha capacidade, então eu nem começo.

Agora, na música não, no desafio, lá no Nordeste, você dá o tom e canta uma coisa, eu vou atrás e vamos fazendo juntos. Então, qual é o desafio que nós queremos?

Essa figura apareceu ontem, um monte de vezes. Não importa muito, não vou discutir sobre isso. É só para nós lembrarmos qual era a perspectiva e repararmos no que nós estamos vendo, do que nós estamos falando. Onde é que ocorre o turismo, a maior parte do turismo no Brasil? Na região do litoral. E aqui para dentro? Nós até nos esquecemos. O que as pessoas falam de Brasília? O que as pessoas falam do Planalto Central? O que as pessoas falam do Cerrado? Qual é o sentido que se dá a esta região? É deste lugar aqui que nós estamos falando, deste espaço todo e tal.

E sustentabilidade? Agora vamos fazer outro pequeno exercício. Quando falamos em sustentável e em sustentabilidade, o que é a sustentabilidade? Vamos lá? O que é a sustentabilidade? (*Pausa.*) Alguém suspirou ali e eu ouvi que



sustentabilidade é algo que é sustentável — não foi? Alguém teve essa coragem, porque eu ouvi aqui alguma coisa assim. E, quando pesquisamos no *Aurélio*, vemos que sustentabilidade é a característica daquilo que é sustentável. Então, maravilha! Aí vamos pesquisar o que significa sustentável. Sustentável, diz o dicionário, é aquilo que é sustentado, que se sustenta ou que se sustentou. Maravilha! Está ficando cada vez melhor! Por isso, acho que às vezes nós não entendemos o que é essa palavra.

Vamos para o turismo responsável, mas aí é outra coisa. (*Riso.*) E eu discuto essa história também. Então, vamos continuar e vamos tentar entender o que é essa tal sustentabilidade e o que é sustentável? O que significa isso? Um é a qualidade daquilo que se sustenta. Então, de novo, na música: a música diz que sustentada é uma nota que permanece por mais tempo. Opa, legal! Então estamos falando de algo que dura, algo que fica mais tempo. Aí começamos a entender um pouquinho mais. Os franceses, por exemplo, não falam em desenvolvimento sustentável. Eles vão falar de desenvolvimento durável. Então, aquela coisa que dura por mais tempo é sustentável. Ao dizer que uma coisa é sustentada, que uma coisa é sustentável, que tem sustentabilidade, estamos dizendo que ela está em equilíbrio em cima de outra — não é? Eu preciso ter bases. Eu tenho, então, uma mesa, coloco uma coisa em cima e ela fica ali, ela tem sustentabilidade ali. Eu tenho algumas bases, tenho alguns pilares. Vamos ver, daqui a pouco nós voltamos à sustentabilidade.

Turismo. Se eu fosse perguntar o que era turismo aqui, apareceria um monte de coisas. E temos que falar agora de sustentabilidade, de sustentável, de turismo e de turismo sustentável. Vocês me deram uma tarefzinha boa! Então, o que é esse turismo sustentável? E mais ainda dentro desse Cerrado...

O SR. COORDENADOR (Donizete Tokarski) - A senhora tem mais 5 minutos.

A SRA. IARA LÚCIA GOMES BRASILEIRO - Mais 5 minutos só? Esse relógio é pequeno! Esse relógio é pequeno! Então vamos lá, rapidamente, nos meus últimos 5 minutos. Mas o tempo já foi suficiente, pelo menos, para provocar uma reflexão.

O que é o ambiente? Estamos falando muito em meio ambiente. Se nós considerarmos que ambiente são as condições, as influências que estão em volta de nós, como agimos sobre ele e como ele age sobre nós, vamos falar o quê? Que



temos influências econômicas, naturais, sociais, culturais, políticas, espaciais. Portanto, elas são dimensões ou pilares também da sustentabilidade. Então, quem estuda sustentabilidade aprende essas dimensões aqui. Esses são os nossos ambientes aqui. E na hora em que eu trago esses ambientes para dentro do turismo?

Nós vamos passar mais rapidamente as imagens, porque acho que vocês já entenderam.

E os limites desses ambientes? Eles são absolutamente arbitrários. Eu posso ter alguma coisa que é natural com o sociocultural, eu posso ter o sociocultural com o econômico e por aí fora. Como é que nós vamos fazer? Quais são as perspectivas? São olhares diferentes sobre um mesmo aspecto ambiental. Como é que nós vamos olhar esse turismo? Quais são essas perspectivas?

O nosso ambiente econômico diz respeito às nossas necessidades materiais. O nosso ambiente natural vai dizer do nosso clima, da nossa flora, da nossa fauna, da nossa água, dos nossos ecossistemas, das paisagens e dos cenários. Um ambiente sociocultural vai falar da nossa família, das nossas comunidades, do nosso idioma, da nossa cultura, da nossa gastronomia, do nosso modo de fazer as coisas, do nosso jeito de ser, daquilo que nós usamos, daquilo que nós gostamos, dos nossos valores mesmo. Esse nosso ambiente sociocultural diz respeito às nossas necessidades não materiais, às nossas necessidades espirituais, às nossas necessidades que não são palpáveis.

E aí está o turismo. O turismo vai se fazer dentro desses ambientes, mas é uma relação de duas mãos. O turismo impacta o ambiente, e o ambiente também impacta o turismo. O turismo causa efeitos no ambiente, e esse ambiente causa efeitos no turismo, que podem ser positivos ou negativos. Nem precisamos falar muita coisa sobre isso.

Qual é a grande ideia? Eu diria até: um pequeno desafio ou grande desafio? Como é que nós vamos fazer com que esses impactos positivos sejam o mais positivo possível e o melhor para todo mundo? Como é que eu diminuo os impactos negativos que essas atividades e que essas práticas podem trazer? Como é que eu vou distribuir com justiça e equidade as coisas que vêm do turismo? Isso é fazer



turismo sustentável. Qual é essa perspectiva? Como nós vamos ver isso? E no longo prazo? Se não o fizermos, não vai se sustentar.

O Ministério do Turismo diz que temos segmentos do turismo. Nós não vamos entrar muito nessa discussão, não. A lista é a seguinte, essa que está aqui. Eu fiz questão de começar com ecoturismo, turismo cultural, etc. Enquanto eu estou falando, vocês já estão lendo.

O que o Cerrado tem em termos de atrativos, de possibilidades para que nós possamos fazer turismo lá dentro? Podemos fazer turismo de aventura? Podemos fazer turismo de sol e praia? É claro que podemos! Nós só precisamos do sol e da água. Pode ser uma praia fluvial, por que não? Até fazer turismo de sol e praia nós podemos fazer no Cerrado. E podemos fazer todos esses segmentos, não há nada aqui que não possamos trazer para dentro do Cerrado.

Terminando realmente — só tenho mais dois eslaides —, eu deixei este como um desafio. Este mapinha não é do Cerrado, com certeza não é. Ele é do final do século XVI. Foi um alemão que, na brincadeira, desenhou esse mapa aqui. E o que esse mapa representa? Disse o alemão que o desenhou que se trata da terra do amor. Ele disse o seguinte: *“No território do amor, no país do amor, há alguns lugares que são os das grandes paixões; há outros lugares que temos que percorrer, que são os das desilusões, das dificuldades; há outros que são os das grandes amizades; há outros que são os dos grandes amores, realmente...”* E por aí vai. Nós subimos nas montanhas dos nossos sonhos para olhar para o outro lado.

Eu gosto desse mapinha, porque o Cerrado é mais ou menos assim. Fazer turismo, fazer qualquer coisa na vida depende da nossa vontade, da nossa paixão, do nosso amor, do nosso afeto. Então, a sustentabilidade se faz nas relações, e as relações devem ser de afeto, senão não vamos a lugar algum. Esse talvez seja o nosso grande desafio.

E vou deixar uma frase com vocês. Muitas vezes ficamos desanimados, pensando: *“Nossa, mas só eu? Só um grupo pequeno de pessoas?”* Uma vez eu estava em Pernambuco, chamaram-me para falar a respeito de sustentabilidade, e eu fui a um seminário de Municípios saudáveis, eram Municípios sustentáveis. Havia uma brochurinha dizendo como eles tinham se organizado. Nessa brochura, havia uma história na qual um pessoal estava querendo fazer uma ponte para diminuir a



distância entre Barra do Riachão e São Joaquim do Monte. Então, o Agrício dos Santos virou-se para o seu compadre e lhe disse assim: “*Vem comigo fazer essa ponte?*” Aí o compadre dele perguntou: “*Quantos nós somos?*” Ele disse: “*Se você vier comigo, já somos dois.*” Aí, no final da historinha, mais de 40 pessoas trabalharam e construíram a ponte. As distâncias foram diminuídas e benefícios foram trazidos para um bocado de gente.

Vou deixar com vocês essa frase e, com ela, realmente termino.

Vamos pensar na sustentabilidade e no que é sustentável com bastante afeto, realmente, senão não vamos a lugar nenhum.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Donizete Tokarski) - Profa. Iara, já somos dois.

A SRA. IARA LÚCIA GOMES BRASILEIRO - Que bom!

O SR. COORDENADOR (Donizete Tokarski) - Muito obrigado. Foi excelente a sua apresentação.

Eu gostaria de dizer o seguinte, para complementar o que a senhora falou: aquele alemão conhecia a região. Um dos nossos erros é não conhecer o Cerrado. Quem não conhece não ama. Este é o nosso desafio: conhecer o Cerrado para poder expor aos demais as belezas, os valores que nós temos.

Com isso, nós a agradecemos, mais uma vez, pela brilhante palestra.

Eu gostaria de anunciar que, entre nós, já está o Superintendente da SUDECO — Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, que logo mais vai nos abrilhantar também com sua apresentação.

Com a palavra a Sra. Isabel Barnasque, Coordenadora-Geral de Sustentabilidade do Ministério do Turismo, por 15 minutos.

A SRA. ISABEL BARNASQUE - Inicialmente, quero dar um bom dia a todos e cumprimentar a Mesa, nas pessoas do Donizete, da Profa. Iara e da Ana Paula, nossas parceiras do turismo.

Primeiramente, em nome do Ministro Henrique Eduardo Alves e no do nosso Secretário Nacional de Políticas do Turismo, Júnior Coimbra, eu quero agradecer o convite.

Eu quero dizer, Profa. Iara, que não tenho a sua habilidade, porque não sou professora. Na verdade, o meu negócio é atrás das câmeras, porque sou jornalista,



com especialização em gestão sustentável. Mas, eu vou tentar conquistar o público da mesma forma como a senhora conseguiu aqui. Vamos ver se eu consigo.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu gostei muito da definição na música do que é sustentabilidade. Eu gostei demais, porque acho que ela retrata muito bem. Segundo a Organização Mundial de Turismo, o conceito exatamente de turismo sustentável é este: atividade que satisfaz as necessidades dos turistas e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto a integralidade cultural, ambiental e a diversidade biológica são mantidas para o futuro.

Eu queria chamar atenção para isso, porque são justamente os questionamentos que recebemos quando saímos para fazer palestras pelo Brasil. Mas, como sustentabilidade econômica? Sustentabilidade é ambiental. A ideia da grande maioria das pessoas é de que sustentabilidade é ambiental. Na verdade, a minha coordenação é de turismo responsável. Nós estávamos discutindo isso, foi também o que a Profa. Iara colocou sobre essa questão de ser sustentável ou ser responsável. Na verdade, todo turismo deveria ser responsável.

O turismo sustentável ou responsável tem estas três vertentes: econômica, ambiental e a sociocultural. É nesse sentido que trabalhamos a ideia de compatibilizar os anseios do turista com as regiões receptoras. Não adianta fazer turismo, se não conseguir desenvolver a região junto e estimular o desenvolvimento da atividade em consonância com a população, valorizando a sua cultura o meio ambiente e os patrimônios regionais. Isso faz toda diferença para o ambiente onde o turismo está sendo desenvolvido e para o próprio turista. Então, é preciso sensibilidade quanto aos impactos do turismo no cotidiano da comunidade e do ambiente.

Agora, vamos lá: como vamos desenvolver turismo sustentável, se não tivermos o produto? Turismo não é só o atrativo natural. Eu não tenho como desenvolver turismo, se eu não tiver agregado um conjunto de coisas que vai me dar um produto. Temos, então, a comida típica, o artesanato, a produção agropecuária, industrial, o transporte, as manifestações culturais e um tanto de outras coisas de que precisamos.



Para o produto turístico, nós precisamos de informação, hospedagem, alimentação, transporte, atividades para desenvolver esse turismo, limpeza, segurança pública, saúde e acessibilidade. Se não tiver um produto turístico, não se consegue desenvolver o turismo numa região.

Eu achei muito interessante, em outra atividade para a qual fui convidada a participar, as pessoas dizerem: *“Ah, mas a gente tem um atrativo que já é desenvolvido há muito tempo. Tem uma cachoeira, tem isso e aquilo. Agora, estão até pensando em fazer um hotel”*. Eu disse: *“Mas como pode ser um produto turístico, se não tem onde acomodar os turistas?”* Se não houver hospedagem para receber os turistas, não se tem um produto turístico.

É muito nesse sentido que eu quero chamar atenção dos senhores para que façam essa reflexão. O Cerrado tem uma diversidade gigantesca para ser desenvolvida, mas tem muita coisa ainda. E dou o exemplo do nosso Parque Nacional. Qual é a área do parque que, na verdade, tem hoje visitação? É a área das piscinas, das águas. O que acontece? Ele é um produto regional. Se olharmos qualquer panfleto, qualquer publicação de promoção de Brasília, do Distrito Federal, ele não aparece como um produto para ser desenvolvido em âmbito nacional. Faltam muitas coisas ainda para nós conseguirmos chegar a alguns atrativos que temos, que são belíssimos e que poderiam ser desenvolvidos muito bem como um produto turístico, agregando valor e, inclusive, promovendo a sustentabilidade desses lugares.

O que fazer? Eu estava falando destes três pilares: vender os produtos da região; trabalhar a alimentação com produtos regionais, porque isso é uma forma de valorização da cultura; vivenciar essa questão do lazer e da experiência. O turista hoje quer muito viver a experiência. Eu acho que é também uma questão a ser ponderada quando formos desenvolver um produto.

A hospedagem. Claro, tem que ter uma boa hospedagem, tem que ser receptivo. Tem que trabalhar as pessoas que vão receber na cidade, inclusive a própria comunidade, porque, às vezes, a comunidade não está preparada para receber o turista e aí acaba criando uma indisposição, digamos assim, e esse turista nem sempre fica com uma imagem convidativa para um segundo momento no local.



A visita à produção. Eu acho que é importante também que as pessoas tenham essa vivência.

Vantagens do turista: conhecer produtos diferenciados, quando conseguimos desenvolver isso, com identidade regional; produtos saudáveis, com responsabilidade social e ambiental, porque hoje já temos esse apelo. Mudou muito de uns tempos para cá e, no momento em que estamos vivendo, há uma predisposição das pessoas em consumir produtos mais sustentáveis, e isso acontece muito no turismo também. Há essa questão da baixa emissão de carbonos, em casos de atrativos naturais, que pode ser desenvolvida.

E aí, eu digo o seguinte: o Brasil, pelo terceiro ano consecutivo, ficou em primeiro lugar em atrativos naturais entre 141 países. Agora, em contrapartida, nós somos 86º em sustentabilidade ambiental. O que acontece? Nós precisamos trabalhar isso. Nós temos essa quantidade de atrativos que pode ser desenvolvida como um produto turístico. Vejamos a experiência dos parques nos Estados Unidos, na Austrália, que geram grande quantidade de emprego e renda. E nós temos um número de parques também muito convidativo, mas não desenvolvemos isso.

O Ministério começou a elaborar, junto com o ICMbio, o MMA e o SEBRAE, um estudo para ver o que é possível trabalharmos em função dos parques. Aqui, estão algumas coisas que foram destacadas como premissas relevantes: priorizar as iniciativas de pequenas e médias empresas locais e regionais, o que é uma questão de sustentabilidade; utilizar parte dos recursos arrecadados — conforme esse estudo que ainda está em construção — para a preservação dos parques; estimular a difusão de informação e a sensibilização sobre a preservação ambiental; compreender melhor o funcionamento de cada parque e adequar à realidade de cada um.

Precisamos trabalhar isso, porque precisamos investir bastante em infraestrutura dentro dos parques para promover essa visitação. Os parques têm muita carência disso. Dos nossos 71 parques, temos a informação de que apenas 26 estão abertos à visitação. Mas essa realidade flutua. Então, eu não tenho o número exato hoje. Por exemplo, tínhamos a ideia de que um determinado parque estava aberto à visitação, mas o nosso pessoal foi até lá, e o parque não estava aberto à visitação. Então, é meio complicado.



Continuando as premissas: compreender melhor o funcionamento de cada parque e adequar à realidade, como eu já falei; criar um modelo que deve incluir o monitoramento dos impactos positivos e negativos nas áreas ambiental, social e econômica da cidade.

Possíveis atuações como Ministério do Turismo nesse sentido. A primeira delas é estimular a regulação e o aperfeiçoamento dos serviços já existentes. Por quê? Porque existem muitos serviços que não são regulados no parque, e isso tem um impacto negativo, inclusive, para o meio ambiente. Às vezes, as instalações são colocadas em locais que não são adequados, também não existe fiscalização da alimentação. A informação turística é fraca ainda em muitos parques. Então, teríamos que trabalhar muito a regulação, o aperfeiçoamento, a fiscalização e a capacitação dentro desses ambientes.

Outra atuação: revisão dos planos de uso público e de capacidade de suporte, que era uma coisa muito importante de se fazer para trabalhar os parques como produto turístico. O que pode ser aberto e qual é a capacidade de suporte, de modo a não causar impactos negativos nesse parque?

Também podemos atuar na elaboração de um modelo de observatório nos parques nacionais para monitoramento em relação à biodiversidade e o desenvolvimento turístico socioambiental.

Precisamos também trabalhar o aperfeiçoamento da infraestrutura. Era o que eu estava falando. Nós precisamos trabalhar melhor isso, inclusive, a questão das trilhas. Quando fomos fazer a visita aqui no parque, observamos que há alguns locais que estão sendo degradados em função de não haver infraestrutura adequada para a passagem das pessoas. Mesmo que o espaço de ocupação, de visitação seja pequeno, isso é importante.

Outra atuação do Ministério deve ser o monitoramento das atividades da iniciativa privada. Claro, haverá investimento privado. A ideia é que haja investimento, que se coloque um bom restaurante, mas que esse restaurante trabalhe o produto local, que os insumos sejam da região. Por exemplo, aqui no Cerrado, poderia ser o pequi. Vamos trabalhar o que há no local, na cidade, na região, na verdade.



Também é importante a criação de um fundo para fortalecimento das unidades de conservação, advindo das receitas obtidas com as parcerias e com a bilheteria desses parques. Eu acho que isso ajuda na conservação.

O turismo, se for explorado de forma desordenada, pode detonar o destino, pode acabar com o destino. Ao mesmo tempo, se tiver uma orientação, se for bem trabalhado, o turismo trará muitos benefícios para aquele ambiente, para a comunidade local, para o desenvolvimento da região. É nesse sentido que o Ministério vem pensando e trabalhando.

Principais ações em desenvolvimento. Aí já é uma coisa muito mais pontual nossa. Nós estamos trabalhando em um guia de boas práticas para os empresários, porque precisamos dessa adesão na questão da sustentabilidade. Nós temos um caderno de sustentabilidade para os gestores públicos, que está sendo revisado agora para estar mais atual e ter um enfoque mais impositivo em relação ao tempo em que ele foi construído, porque a realidade mudou.

Ações de sensibilização dos turistas com promoção de consumo sustentável. O Ministério tem uma parceria com o PNUMA, na campanha Passaporte Verde, que é uma campanha que trabalha a produção e o consumo sustentável com o turista e com o empresário. O que pode ser feito? De que forma se faz para consumir? Qual é a melhor forma de comprar os produtos? No hotel? Vão-se buscar esses produtos em São Paulo? Não. Se há um produtor local, por que não comprar dele? Com isso se estariam diminuindo os impactos da emissão de gases poluentes e beneficiando a minha comunidade. Então, as ações de sensibilização dos turistas têm esse sentido.

A campanha Passaporte Verde nos ajuda muito nisso. Está-se realizando com ela agora um trabalho especial focando os Jogos Olímpicos, mas o Ministério já tem uma parceria com a campanha desde 2008.

Temos tentado promover a disseminação de casos de boas práticas. Estamos apoiando um prêmio de sustentabilidade, o Prêmio Braztoa de Sustentabilidade, que engloba cinco categorias do turismo. Estamos tentando divulgar esses cases premiados em palestras, nos nossos *sites*, nos *sites* dos parceiros, porque às vezes as pessoas nem têm ideia de como elas podem atuar de forma sustentável, tornar o



seu empreendimento sustentável e melhorar o seu destino. É por isso que eu queria chamar atenção para essa questão.

O meu tempo já se esgotou. Eu estou à disposição para ajudá-los, aqui e no Ministério. Vou deixar os meus contatos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Donizete Tokarski) - Agradeço à Sra. Isabel Barnasque, do Ministério do Turismo.

Eu gostaria de avisar todos os participantes de que este evento está sendo transmitido ao vivo pela *TV Câmara*. Informo as pessoas que estão nos assistindo nas suas casas de que estamos realizando aqui um seminário sobre o desenvolvimento sustentável do Cerrado com o tema *Bioma Cerrado — Normas de Conservação e Uso Sustentável*. Este evento é promovido pela Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, pela Frente Parlamentar Ambientalista e pela ECODATA, com o apoio do WWF, Mais Cerrado, SUDECO, BRB e EcoCâmara.

Gostaria também de avisar os participantes aqui presentes de que o livro *Coletânea de Legislação Ambiental*, da Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados, está disponível na entrada deste auditório. Não precisam buscá-lo imediatamente. Ele vai ficar disponível durante o dia. Cada participante pode pegar um exemplar. Aqueles que já pegaram um ontem, por favor, deixem a oportunidade para os demais.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, vamos ouvir agora a Sra. Ana Paula Jacques, do Movimento Slow Food Cerrado, pelo tempo de 15 minutos.

A SRA. ANA PAULA JACQUES - Bom dia a todos.

Eu também gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui hoje, nesta manhã realmente linda, compartilhando este momento com a Profa. Iara, que foi minha professora na UnB, e com a Isabel, que representa o Ministério do Turismo.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

Eu acredito que estamos vivendo um momento ímpar no Cerrado. Recentemente, no final de semana que passou, nos dias 11, 12 e 13 de setembro, aconteceu aqui em Brasília a Virada do Cerrado. Estamos no Mês do Cerrado — acabou de passar o Dia Nacional do Cerrado. Esse movimento de pessoas aqui é



importantíssimo para que se tenha realmente uma perspectiva de durabilidade em relação a este bioma maravilhoso que é o Cerrado.

Como a Profa. Iara disse, temos mania de querer passar alguns conceitos, mas tanto a Profa. Iara quanto a Isabel já falaram muito sobre eles. Então, eu fico com a responsabilidade de concluir a explicação daquilo que elas já introduziram a todos vocês.

Para falar em turismo e sustentabilidade, é preciso necessariamente pensar nas dimensões da sustentabilidade, que vão além da dimensão ambiental. As dimensões da sustentabilidade são: dimensão social, que trabalha com a homogeneidade social, com a distribuição de renda justa; dimensão cultural, que é referente ao respeito à identidade e à afirmação do local, do regional e do nacional; dimensões ecológica e ambiental, das quais geralmente mais se fala aqui; dimensão territorial, que é relativa principalmente ao equilíbrio entre o urbano e o rural; a dimensão econômica, que se refere à promoção do desenvolvimento econômico de uma maneira equilibrada; e a dimensão política — para falar desta última, nada melhor do que esta oportunidade de estar hoje nesta Casa.

Como a Isabel lembrou, a Organização Mundial do Turismo define turismo sustentável como aquele que atende as necessidades do turista e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro.

Como representante do Movimento Slow Food Cerrado, eu percebo que melhorar as perspectivas do turismo sustentável no Cerrado implica valorizar as comunidades tradicionais, os seus saberes e seus fazeres, e principalmente trabalhar com uma visão mais holística e integrada as questões sociais, econômicas, culturais, territoriais e políticas inerentes ao bioma, sem focar apenas a gestão dos recursos naturais e os efeitos econômicos que a atividade turística traz.

A atividade turística concentra aproximadamente 52 elementos da cadeia produtiva. Como a Isabel destacou, para que se possa exercer essa atividade, é preciso que haja, por exemplo, hospedagem, transporte, alimentação, guia de turismo. Para isso, é preciso haver educação, qualificação profissional. Assim, vamos movimentando toda essa cadeia produtiva, que o turismo consegue tratar muito bem.



Nada melhor do que destacar mais uma vez que o Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul, incidindo sobre 22% do nosso território, predominantemente na região central do País. Esta informação aqui é importantíssima: o Cerrado se estende por 12 Unidades da Federação, além de possuir algumas porções espalhadas pelos Estados de Amapá, Roraima e Amazonas.

Então, quando se fala em turismo no Cerrado, está-se falando em turismo no Brasil. E precisamos lembrar, acima de tudo, que o Cerrado é a caixa d'água do Brasil e que, se não cuidarmos dele e o preservarmos, todos nós ficaremos sem água no futuro.

Este dado também é importantíssimo. O Cerrado é hoje considerado um *hotspot* mundial, em razão do grande número de espécies endêmicas — mais de 11 mil — e do alto índice de desmatamento.

Para falar das perspectivas para o turismo sustentável no Cerrado, eu procurei fazer um recorte de uma questão que nós do Movimento Slow Food Cerrado já trabalhamos: a valorização da nossa sociobiodiversidade. No Cerrado, existem populações de indígenas — há mais de 80 etnias —, quilombolas, quebradeiras de coco, geraizeiros, entre outras, que convivem com esse bioma, o conservam e respeitam.

A agricultura familiar e o extrativismo também são importantes aliados na manutenção da biodiversidade do nosso bioma. Como podemos incluir as questões de sociobiodiversidade, agricultores familiares e extrativistas na discussão do turismo?

Hoje, como a Isabel também acabou destacando, existe uma tendência no sentido de os turistas buscarem vivenciar as experiências locais, as experiências dos moradores. Eles querem praticar o turismo sob a perspectiva de um morador. Então, o que seria o turismo criativo, de que muito se fala e que é um tópico muito presente na mídia hoje? Ele consiste exatamente em oferecer aos turistas experiências de aprendizagem e de interação com a cultura e com as tradições locais.

Nós do Movimento Slow Food fazemos isso de uma forma muito intuitiva, porque acabamos reunindo pessoas que já têm essa sensibilidade, uma vez que, ao



se preocuparem com a alimentação, com aquilo que vão se alimentar e com a forma como vão se alimentar, elas acabam se preocupando também com toda a questão da preservação do ambiente, da sustentabilidade, do social, do cultural, do local.

Por exemplo, nós fazemos visitas com regularidade aos produtores, às comunidades. Esta foto é de uma visita ao Quilombo Mesquita. Como o Donizete destacou, eu pergunto: vocês conhecem o Cerrado, de fato? Vocês sabem que a 40 minutos daqui há uma comunidade quilombola? Essa comunidade quilombola hoje vive realmente sob pressão — pressão política, pressão econômica, pressão social e pressão cultural. Por quê? Porque ela virou uma ilha, cercada por uma plantação de soja. Além disso, ela enfrenta a ameaça da expansão imobiliária.

Como o auditório está muito iluminado, não dá para ver muito bem, mas esta foto é de quando fomos participar da folia do Divino Espírito Santo junto com os habitantes da comunidade, que nos receberam com alimentação.

A Comunidade Mesquita produz a marmelada de Santa Luzia. Essa marmelada hoje corre o risco de deixar de ser produzida, porque, entre todas as famílias que vivem no quilombo, apenas três continuam produzindo-a. A razão disso é que os jovens não querem mais seguir o ofício dos seus antepassados, pois o produto não é valorizado e não tem inserção no mercado. Há pouquíssimo espaço para o produto. É preciso que haja divulgação dele e valorização da sua forma de preparo para se gerar demanda.

Eu também sou professora de gastronomia e, por exemplo, quando participei de uma aula-*show* de uma revista de gastronomia, num congresso muito grande de gastronomia que houve aqui no Brasil, levei, para o preparo do meu prato, a marmelada de Santa Luzia. Preparei um porco com a marmelada do quilombo, e esse prato está concorrendo para figurar na capa dessa revista. Nós fazemos isso como uma forma de introduzir o produto, mostrando que existe um preparo tradicional e que isso pode ser valorizado. Quando se valoriza a forma de preparo de um produto, acaba-se gerando uma demanda por ele.

A produção associada ao turismo é importantíssima. A Isabel destacou o artesanato, o *souvenir* que o turista vai levar. Depois eu deixarei esta apresentação à disposição de todos. Estas são santinhas feitas com a fava de jatobá. A comunidade utiliza o jatobá e ainda faz com ele uma santinha que vira um *souvenir*.



Então, em que consiste a produção associada ao turismo? Ela consiste na valorização dos produtos, na continuidade das tradições, na geração de uma demanda regular, na melhora da autoestima e no aumento da renda.

Também fizemos uma vivência da colheita do cajuzinho — estamos na época da safra do cajuzinho-do-cerrado. Levamos turistas e moradores para compartilharem com a comunidade local essa colheita. Com o que foi colhido eles fizeram doces, geleias, assaram a castanha do cajuzinho.

Vocês sabiam que a EMBRAPA já vem mapeando o Cerrado para possivelmente determinar uma nova denominação de origem para a produção de vinhos? Essa área fica bem perto daqui. Nós desenvolvemos um *wine tour* com a finalidade de levar turistas e moradores para conhecer a produção dessa vinícola. Fazemos isso também em um local de produção de queijos em Corumbá de Goiás.

Outra questão que procuramos abordar no Movimento Slow Food é a da alimentação típica, da alimentação local. Mas essa alimentação local hoje não está inserida nos restaurantes. Então, passamos a promover, desde o ano passado, o chamado Festival Gastronômico Cerrado Week, que neste ano, inclusive, começou no dia 11 de setembro e vai até este domingo. Participam mais de 56 restaurantes do Distrito Federal, de Goiás e de Mato Grosso — este ano conseguimos incluir restaurantes deste último Estado —, que estão oferecendo, de uma forma inédita, preparos com frutos e espécies nativas do bioma Cerrado.

O Festival Gastronômico Cerrado Week é um projeto do Convívio Cerrado para ampliar o conhecimento do público sobre o potencial das espécies nativas, disseminando os valores do *slow food*. Entre os frutos utilizados na elaboração de pratos para o Festival estão o babaçu, a jabuticaba e o murici. É preciso lembrar também que o Cerrado é um bioma de transição. Então, espécies endêmicas da Mata Atlântica, da Floresta Amazônica e da Caatinga podem ser encontradas também no Cerrado.

Eu gostaria de mostrar um vídeo. É possível reproduzi-lo ali no computador? Ele é bem curto, tem 10 segundos. *(Pausa.)*

Como eu disse, participam do Cerrado Week 56 restaurantes do Distrito Federal, de Goiás e de Mato Grosso, que oferecem preparos que custam de 9 reais a 39 reais, incluindo *drinks*, pratos principais, sobremesas, pães, sorvetes. Vocês



ainda podem participar do Festival, que continua até o dia 20 de setembro, este domingo.

O Slow Food também lançou recentemente um aplicativo chamado Slow Food Planet. Vocês podem baixá-lo usando tanto o sistema iOS quanto o Android. Nele, a Comunidade Slow Food mapeia vários restaurantes, distribuindo-os em três categorias — tempo para você, tempo para comer e tempo para comprar —, seguindo as premissas do Movimento Slow Food no mundo inteiro. Então, pode-se fazer o *download* desse aplicativo e pesquisar nos mapas locais onde são oferecidos esses preparos mapeados pelo Slow Food.

Também deixo aqui um provérbio que vai muito ao encontro, Profa. Iara, daquilo que você disse: “*Se queres ir rápido, caminha sozinho; se queres chegar longe, vá acompanhado*”. Então, nós trabalhamos em conjunto. O Movimento Slow Food é horizontalizado. Todos são atores dessa transformação e dessa mudança.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Donizete Tokarski) - Muito obrigado, Ana Paula, pela brilhante exposição. Quero dizer que nós estamos juntos aqui.

Hoje esta Mesa, que eu tenho a oportunidade de presidir, está abrilhantada com três representantes mulheres. Nós sempre desejamos essa participação maior das mulheres. Ontem havia poucas mulheres representadas nas mesas.

As apresentações que estão sendo exibidas aqui estarão disponíveis no *site* da Câmara dos Deputados, na página da Comissão de Meio Ambiente. Todos poderão ter acesso a elas.

Aviso a todos que a iluminação forte é necessária em função da transmissão. Nós temos que nos adaptar aos ambientes que temos. E este é um ambiente extremamente importante, porque por meio dele podemos transmitir esta mensagem não só para quem está no plenário, mas para todos do Brasil que estão nos assistindo ao vivo por meio da *TV Câmara*.

As pessoas reclamam que o tempo das apresentações é curto, mas vocês podem conversar com os expositores, pegar o contato deles. A Profa. Iara mesmo estava dizendo que, se a convidassem, poderia ir a Cristalina — viu, Vanderlei? —, a Alto Horizonte ou a Posse para discutir os assuntos que estão sendo tratados aqui. Tenho certeza de que a Ana Paula faria o mesmo. Estamos travando este debate



aqui de maneira resumida, mas ele é extremamente importante para abrir horizontes com relação à conservação do Cerrado.

Eu agradeço muito ao Deputado Sarney Filho, que é o Presidente da Frente Parlamentar Ambientalista e tem feito um trabalho excepcional. Peço a todos que procurem conhecer o projeto que ele apresentou este ano, o Projeto de Lei nº 25, de 2015, que trata da conservação do Cerrado, para que possamos ampliar essa discussão sobre o Cerrado para todos os ambientes possíveis.

Vamos abrir as inscrições para que possamos fazer um rápido debate sobre esse tema. Em seguida, passaremos a outras mesas. Alguém tem alguma pergunta? *(Pausa.)*

Sra. Roseli, venha aqui, por favor.

Se mais alguém desejar usar a palavra, peço que, por favor, se dirija à tribuna. Assim, nós economizaremos tempo.

A SRA. ROSELI SENNA GANEM - Bom dia. Sou Roseli Senna Ganem, consultora legislativa da Câmara dos Deputados.

Eu queria saber se existe algum levantamento do Ministério do Turismo, da UnB ou do Slow Food com informações sobre o potencial turístico do Cerrado no que se refere às comunidades extrativistas, aos locais, às cidades, para termos um panorama do que realmente representa o potencial do Cerrado em relação a turismo rural, turismo cultural e turismo ecológico.

Obrigada.

O SR. COORDENADOR (Donizete Tokarski) - Mais alguém gostaria de usar da palavra? *(Pausa.)* Identifique-se, por favor.

A SRA. NAIARA - Meu nome é Naiara.

Eu vi que o Ministério do Turismo tem muitas ações práticas, mas acho que uma das bases do turismo sustentável é a educação ambiental. Eu queria saber quais são os planos do Ministério em relação a isso.

O SR. COORDENADOR (Donizete Tokarski) - Mais alguém quer fazer alguma pergunta? *(Pausa.)*

Tem a palavra o Sr. Elmar de Oliveira Silva, do Assentamento Canaã, no Município de Flores de Goiás, Presidente da Associação Novo Progresso.



O SR. ELMAR DE OLIVEIRA SILVA - É importante a gente poder falar num evento como este. Eu quero perguntar sobre o turismo rural. A gente de assentamento de reforma agrária — já faz uns 16 anos que a gente mora no nosso — vem buscando alguma coisa para ajudar o jovem. A gente vê que o jovem precisa de algum incentivo.

Mas, no meio rural, no lugar onde a gente mora, há uma deficiência muito grande na área de construção dos projetos. Para a gente chegar ao ponto de poder acessar algum tipo de crédito, alguma coisa para o turismo rural, a gente precisa de um técnico, principalmente ambiental, para executar os projetos para nós, para nos ajudar a fazer isso, a construir.

Nos assentamentos em geral, a gente vê essa deficiência. A gente tem muitas áreas que podem ser exploradas, mas há esta deficiência grande: nós não temos técnicos nas nossas regiões capacitados a construir esses projetos turísticos para todas as comunidades. A gente fica pensando: quando será que nós vamos ter isso?

Então, a gente pergunta ao Ministério sobre a possibilidade de ceder alguns técnicos para ajudar não só a comunidade de Canaã, mas todas as outras comunidades que precisam e podem explorar esse meio.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Donizete Tokarski) - Obrigado, Elmar.

Nós vamos passar a palavra aos integrantes da Mesa para as devidas respostas. Felizmente, o Superintendente da SUDECO está aqui nos ouvindo, e tenho certeza de que ele, quando for fazer sua apresentação, já vai poder dar algum posicionamento sobre a questão de recursos para o turismo sustentável.

A SRA. ISABEL BARNASQUE - Com relação ao levantamento do potencial turístico do Cerrado, como a Profa. Iara já disse, o Ministério trabalha com segmentos e trabalha de forma regionalizada. A nossa interlocução, na verdade, é com os Estados, com as Secretarias Estaduais de Turismo, que são quem nos repassam essas informações.

E trabalhamos dessa forma segmentada. É claro que, dentro dos segmentos, algumas informações são obtidas por meio de levantamentos, mas muitos dos nossos dados são subsídios que o Estado nos passa, porque a nossa interlocução



com eles é nesse sentido. A construção das propostas e dos programas é realizada de forma participativa, dentro do Programa de Regionalização do Turismo.

No que se refere à educação ambiental, o Ministério do Turismo também trabalha com essa questão, se preocupa com ela, mas esse trabalho é realizado por meio de uma parceria muito grande com o Ministério do Meio Ambiente. Na verdade, a educação ambiental é muito mais de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente do que do Ministério do Turismo, embora este não se abstenha de, sempre que aborda o tema sustentabilidade, falar em educação ambiental, trazer esse assunto à discussão.

Cadê o meu amigo do turismo rural?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. ISABEL BARNASQUE - Não, refiro-me ao que veio fazer o questionamento.

Existe dentro do Ministério uma área específica para trabalhar cada um dos segmentos. Eu não sei se você pegou o meu contato, meu telefone e *e-mail*. Eu lhe peço que entre em contato comigo, para que eu lhe passe os contatos da pessoa que pode trabalhar isso com vocês de forma mais pontual. Se você não tiver anotado meus contatos, informo-o de que o meu *e-mail* é *isabel.barnasque@turismo.gov.br* e o meu telefone é 2023-8115. A pessoa que trata do turismo rural é o Cristiano Araújo.

O SR. COORDENADOR (Donizete Tokarski) - Muito obrigado.

Tem a palavra a Profa. Iara.

A SRA. IARA LÚCIA GOMES BRASILEIRO - A Roseli perguntou a respeito de levantamentos realizados no âmbito da Universidade de Brasília. Ontem alguém me perguntou aqui, na hora em que entrei, se nós tínhamos alguns números relativos ao turismo no Brasil como um todo. Infelizmente, nós não os temos. Nós ainda estamos muito longe de ter informações que nos levem a dados que sejam confiáveis.

Quando se trata de Cerrado, alguns números podem ser encontrados na mídia. Pesquisa é uma coisa que custa dinheiro. A Núbia, ex-Diretora do Centro de Excelência em Turismo, está aqui presente e sabe que nós ficávamos sempre atrás de recursos para fazer pesquisas e obter esses dados. Então, uma coisa de que nós



precisamos ainda realmente são recursos. No âmbito do Governo Federal, nós temos uma boa parceria com o Ministério do Turismo, mas ainda faltam recursos para obtermos de fato esses dados.

O GDF implementou um projeto que durou 2 anos, até o ano passado, chamado Observatório do Turismo do Distrito Federal. Sua área de atuação limita-se ao Distrito Federal, não abrangendo o Cerrado inteiro. Nós estamos buscando mais recursos para esse projeto continuar funcionando e para manter os dados obtidos. Porém, nós precisamos da participação de todo mundo. Eu acho que essa articulação de que a Isabel estava falando é muito importante.

Eu diria para a Naiara que a educação ambiental é uma coisa superimportante realmente, mas, repito, é preciso haver uma articulação entre as universidades, a sociedade civil e os diversos Poderes, porque, sozinho, ninguém chega a lugar nenhum.

O Elmar trouxe essa questão do turismo rural. O Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília — CET andou trabalhando, durante uma época, com vários parceiros. Realmente, há um potencial muito grande aqui no Cerrado.

E como nós mantemos o jovem no seu meio? Por exemplo, em relação a essa questão da sustentabilidade, como podemos promover práticas, oferecer uma capacitação? Como nós vamos conseguir fazer com que esses jovens continuem exercendo os afazeres dos seus antepassados? É claro que a cultura muda — a vida é dinâmica. Nós não podemos querer que as pessoas fiquem estagnadas, mas é preciso manter a identidade cultural, e o turismo lida com essa identidade. Então, como é que nós podemos ajudar esses jovens?

O que eu posso dizer a você é que nós do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília estamos à disposição para auxiliá-los na construção do projeto. Podemos ajudá-los, sim, com certeza, com o maior prazer.

O SR. COORDENADOR (Donizete Tokarski) - Profa. Iara, muito obrigado pela sua contribuição e participação.

Fale neste microfone aqui, Ana, por favor.

A SRA. NÚBIA DAVID MACEDO - Donizete...

O SR. COORDENADOR (Donizete Tokarski) - Por favor, falem sempre ao microfone.



A SRA. NÚBIA DAVID MACEDO - Quero apenas complementar.

O SR. COORDENADOR (Donizete Tokarski) - Como este evento está sendo transmitido pela televisão, é preciso usar o microfone. Senão, as pessoas que estão em casa não vão ouvir, assim como aquelas que estão no fundo.

A SRA. NÚBIA DAVID MACEDO - Vou usar só 1 minuto.

O SR. COORDENADOR (Donizete Tokarski) - Fale rapidamente, por favor, porque nós estamos encerrando os debates da nossa Mesa.

A SRA. NÚBIA DAVID MACEDO - Eu fui Diretora do Centro de Excelência em Turismo por um bom tempo e ajudei a implantá-lo.

Eu gostaria de mencionar duas publicações muito interessantes que foram feitas nesse período. Uma delas, financiada pelo Ministério do Turismo, consiste num estudo que fizemos sobre a contribuição do turismo para a economia do País usando uma metodologia que trouxemos da Inglaterra. Esse livro quantifica a contribuição que o turismo dá para os diversos setores.

O estudo feito para essa publicação é referente a todo o País, mas tem foco em Brasília. Foi feita uma análise da contribuição do turismo para os diversos setores da economia de Brasília, no Distrito Federal.

Muito obrigada.

O SR. COORDENADOR (Donizete Tokarski) - Obrigado Profa. Núbia Macedo. Eu tive a oportunidade de ir até o Centro de Excelência quando você era Diretora para falar sobre o Cerrado. Agradeço sua contribuição.

Tem a palavra a Sra. Ana Paula Jacques.

A SRA. ANA PAULA JACQUES - Eu vou me permitir falar um pouquinho do Distrito Federal, porque hoje eu também trabalho na Secretaria de Turismo.

Como a Profa. Iara comentou, foi implantado há 2 anos o Observatório do Turismo. Nós batalhamos e lutamos para conseguir manter as pesquisas ativas, porque, como a professora mencionou, elas são muito caras. As pesquisas em turismo também são caras, porque demandam técnicos e pesquisas qualitativas, as quais são mais difíceis ainda de serem executadas.

Como vocês sabem, recentemente o Ministério do Turismo, devido ao corte orçamentário, teve redução de 75% nos seus recursos. Há ainda mais esta



dificuldade no Turismo, trata-se da Pasta que mais recebe corte. Executa-se um planejamento e, no final das contas, recebe-se um quarto daqueles recursos.

No dia 27 de setembro comemora-se o Dia Mundial do Turismo. Convido vocês para participarem também, aqui, na Câmara dos Deputados, das audiências públicas e das reuniões na Comissão de Turismo. Assim realmente nós conseguiremos fazer com que o turismo seja motor do desenvolvimento econômico que gera poucos impactos negativos, se bem administrado.

Voltando ao Movimento Slow Food, nós realmente acreditamos que existem, como eu mostrei, alguns *insights* a respeito das potencialidades de alavancar esse segmento do turismo nas comunidades quilombolas e com as quebradeiras de coco. Recentemente, participei, em Natal, da 11ª Feira de Turismo Rural, evento organizado pelo SEBRAE. Isso já é muito forte.

Respondendo a sua pergunta, no Distrito Federal, há o Sindicato de Turismo Rural, que é muito ativo e participativo. Ele reúne mais de 80 propriedades destinadas ao turismo rural. Vale a pena vocês conversarem com o RURALTUR, ele abrange o Distrito Federal e a RIDE/DF — Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. O Programa de Regionalização do Ministério do Turismo já prevê que o desenvolvimento do turismo não se dê em um só Estado, deve acontecer de forma integrada em todo o Brasil e, principalmente, aqui, no bioma Cerrado, que, como nós lembramos bem, está presente em 12 Unidades da Federação.

O SR. COORDENADOR (Donizete Tokarski) - Vamos encerrar esta Mesa.

Agradeço a Ana Paula Jacques, à Prof.^a Iara Brasileiro e a Isabel Barnasque pela participação.

Lembro que estamos realizando o evento Seminário *Bioma Cerrado - Normas de Conservação e Uso Sustentável*, que tem apoio da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, da Frente Parlamentar Ambientalista — nós agradecemos ao Deputado Sarney Filho pela sua liderança nesse movimento e pelo PL 25, de 2015, que trata do Cerrado —; da ECODATA e do Grupo Mais Cerrado, representado por essas jovens lideranças aqui presentes, que estão se mobilizando bastante por essa questão do Cerrado.



Registro a presença do Sr. Júlio César Isargra Ramires Pimentel Fernandes de la Cueva e Santos Aires de Álamo .

Agradeço a presença também da EcoCâmara, do BRB e da SUDECO.

Vamos passar à próxima Mesa, que será coordenada pela Roseli Senna, Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado e bom dia a todos. *(Palmas.)*

(Pausa prolongada.)

A SRA. COORDENADORA (Roseli Senna Ganem) - Bom dia.

Para a composição do painel temático *Oportunidades e Desafios do Agroextrativismo Sustentável no Cerrado*, convido os Srs. Cleber Ávila Ferreira, Superintendente de Desenvolvimento do Centro-Oeste; Aldicir Osni Scariot, Pesquisador da EMBRAPA Recursos Genéticos e Biotecnologia, e Luís Roberto Carrazza, da Central do Cerrado. *(Pausa.)*

Este é o seminário *Bioma Cerrado — Normas de Conservação e Uso Sustentável*.

Concedo a palavra ao Sr. Cleber Ávila Ferreira, por 15 minutos. Após as palestras, iniciaremos os debates. *(Pausa.)*

O SR. CLEBER ÁVILA FERREIRA – Bom dia, senhoras e senhores. Parabenizo a Câmara dos Deputados, por intermédio da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, assim como a ECODATA e os demais órgãos da administração federal por este evento.

Disponho de 15 minutos para apresentar o resultado de uma chamada pública que a SUDECO lançou no ano de 2012. Dentro do certame, a ECODATA foi escolhida para desenvolver o projeto. Trata-se de um investimento sob o título Rota da Sociobiodiversidade do Cerrado, um investimento do Governo Federal, por meio do Ministério da Integração Nacional, executado pela SUDECO, que tem por objetivo promover o fortalecimento de políticas e programas do setor produtivo voltado ao agroextrativismo.

A missão principal do Ministério da Integração e de suas unidades vinculadas é promover o desenvolvimento regional de forma inclusiva. Dessa forma, aproveitando a potencialidade e as características da região, assim como a experiência e aptidão da população, resolvemos lançar um edital, cujo resultado



para nós foi motivo de muita alegria. A execução ficou a cargo da ECODATA, que venceu a seleção, e ele foi coordenado e gerenciado por nós.

Aqui são alguns dados técnicos do convênio. É importante salientar o valor do repasse: foram 500 mil reais por parte da SUDECO e 55.555 reais de contrapartida. Esse convênio está em vigência até o mês de dezembro deste ano.

Aqui são mais informações técnicas sobre as quais farei um breve resumo. Foram selecionados 15 Municípios que receberam capacitação com duração média de 40 horas. Foram eles: Cristalina, Posse, Simolândia, Planaltina, Formosa, Água Fria de Goiás, São João d'Aliança, Alto Paraíso, Colinas do Sul, Padre Bernardo, Niquelândia, Uruaçu, Alto Horizonte, Minaçu e Flores de Goiás. O público-alvo desse trabalho foi toda comunidade rural envolvida na cadeia produtiva do agroextrativismo.

A diretriz do nosso projeto foi baseada em três pilares: assistência técnica, fomento e acesso aos mercados públicos e privados. Assistência técnica, como disse o presidente da Associação, que fez a pergunta anteriormente, é algo que perseguimos de maneira efetiva. Nós entendemos que, para que qualquer iniciativa prospere, no campo ou na cidade, é preciso haver fundamentação e assistência técnica, acesso ao mercado e fomento para a produção.

Nesse tripé a SUDECO vem trabalhando, identificando oportunidades e também acertando parcerias estratégicas. Eu fico à vontade para citar a UnB, o MDA e o MDS, que, ao longo dos últimos 4 anos, têm desenvolvido trabalhos em parceria com a SUDECO.

Falarei de alguns números sobre o projeto. Nós capacitamos 358 pessoas, atendendo cerca de 3 mil famílias. Como eu falei, a SUDECO entrou com 500 mil reais. Nós tivemos contrapartida, além do apoio de recurso financeiro de outras fontes. Depois da nossa apresentação, ao fim do debate, ficaremos à disposição para tirar dúvidas.

Eu quero ressaltar um dado importante: a participação das mulheres nesse processo. Nós observamos que, durante as capacitações, durante o trabalho de campo em quase todos os Municípios, a maior parte das pessoas capacitadas foi do gênero feminino.



Em Cristalina, foram 15 homens e 20 mulheres. Em Posse, 10 homens e 24 mulheres. Em Simolândia, 5 homens e 3 mulheres. Em Planaltina, 13 homens e 22 mulheres. Em Formosa, houve uma inversão — foram 15 homens e 8 mulheres. Em Água Fria, 7 homens e 14 mulheres. Em São João d' Aliança, 13 homens e 15 mulheres. Em Alto Paraíso, 7 Homens e 5 mulheres. Em Colinas, 10 homens e 14 mulheres. Em Padre Bernardo, 8 homens e 16 mulheres. Em Niquelândia, 11 homens e 12 mulheres. Em Uruaçu, 3 homens e 9 mulheres. Em Alto Horizonte, 15 homens e 11 mulheres. Em Minaçu, 11 homens e 6 mulheres — um Município em que foi maior o número de homens.

Nós observamos que essa oportunidade que a SUDECO, por meio desse edital, levou para a comunidade rural não atendeu só à necessidade de conservação ambiental e de geração de emprego e renda, mas também de inclusão de gênero. Em função desse resultado, nós entendemos que estamos atingindo o nosso objetivo institucional. Nós temos a missão de continuar desenvolvendo atividades voltadas à inclusão social e produtiva. Dentro dessa ótica, começamos a reestruturar algumas ações na Região Centro-Oeste, voltadas principalmente à cadeia do turismo.

Aproveito a oportunidade para convidar a Profa. Iara para um bate-papo no final desta Mesa, colocando a SUDECO totalmente à disposição de cada um dos senhores representantes de associações, de órgãos e de outras instituições.

Vale fazer um registro. Está aqui a equipe da Diretoria de Planejamento e Avaliação — peço que fiquem de pé, por favor. (*Palmas.*) Esses meninos são os responsáveis diretos pelo acompanhamento, pela avaliação e pela supervisão dos nossos projetos. É uma equipe que me deixa bastante orgulhoso por saber que temos lá um *back office* capacitado e à altura da nossa sociedade do Centro-Oeste.

Volto a palavra à Mesa e, no final, responderei as perguntas que me forem dirigidas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Roseli Senna Ganem) - Muito obrigada, Dr. Cleber Ávila Ferreira.

Passo a palavra ao Sr. Aldicir Scariot, da EMBRAPA Cerrados.

O SR. ALDICIR OSNI SCARIOT - Bom dia a todos.



Eu agradeço por esta oportunidade de falar um pouco sobre extrativismo, um assunto bastante importante para o País e para o Cerrado, mas muito negligenciado pela sociedade brasileira, que parece não compreender os benefícios que o extrativismo traz para este País.

Extrativismo, quando se fala em Cerrado, se confunde com agricultura, não é possível separar extrativismo de agricultura, isso é bastante disseminado e pouco reconhecido, como eu já falei. O agricultor olha para a propriedade como um todo. Ele não pensa só na criação de gado ou na plantação de culturas agrícolas, ele olha a propriedade e todo o território que circunda essa propriedade procurando o que ele pode explorar, de quais produtos da sociobiodiversidade ele pode dispor, tanto para renda da sua família, como para a sua alimentação ou mesmo para o tratamento de alguma enfermidade.

O extrativismo envolve um número muito grande de pessoas, o que não está bem documentado, e explora uma gama enorme de espécies. O Cerrado é muito rico em espécies que têm sido utilizadas pelas comunidades, conseqüentemente tem uma importância socioeconômica imensa, assim como uma importância cultural fantástica. É extremamente importante, no que diz respeito à questão ambiental, para o País todo, não só para as pessoas que moram no Cerrado. E como decorrência de tudo isso, ele é vital para os modos de vivência, os meios de vida dessas comunidades.

A particularidade do extrativismo é que ele necessita de áreas extensas. O extrativismo no Cerrado — daí vem o termo agroextrativismo — se diferencia do extrativismo na Amazônia, onde a pessoa vive só da floresta. Como eu falei, ele vive também do recurso da agricultura ou da pecuária e caracteriza-se pela baixa emissão de carbono. No extrativismo, a emissão de carbono é praticamente zero, porque se coleta o que a propriedade produz.

De forma geral o extrativismo pode ter um valor agregado muito alto, não tanto econômico, mas principalmente social, cultural e ambiental. O grande problema que há no Brasil é que a sociedade peca por ter uma visão preconceituosa — uma parte da sociedade, não toda —, pois acha que o extrativismo está necessariamente associado à pobreza, ao atraso, à miséria, quando isso é uma visão atrasada e se associa muito à visão dos países do norte, em que, na Unidade



de Conservação — UC não pode haver pessoas e a economia tem que ser industrializada ou pós-industrial.

Na verdade, essa visão, além de estar associada à visão dos países do norte, decorre um pouco da expropriação dos territórios. No Cerrado, isso é bem claro, há exemplos bem documentados sobre como o território foi tomado das pessoas para ser dado às grandes empresas. O norte de Minas é um exemplo claro com os plantios de eucaliptos.

O extrativismo também é incrível, ele valoriza o Cerrado em pé. Como os agroextrativistas entendem isso? Nós estamos fazendo um documentário sobre o extrativismo no Cerrado e sobre o uso do pequi, seu principal produto. E todas as pessoas que entrevistamos, conhecidas ou não, falam da importância dos recursos hídricos, da importância do Cerrado em pé para manutenção dos seus meios de vida, para a sua subsistência e para a economia. Eles estão muito mais avançados por entender a importância do Cerrado em pé do que as próprias comunidades, as populações que vivem nas cidades.

Isso tem um papel fundamental. Na verdade, os agroextrativistas do Cerrado, representados pelas comunidades indígenas, pelos agricultores familiares, pelas populações tradicionais, são os grandes guardiões do Cerrado, da biodiversidade e dos serviços ambientais. Às vezes, estão com os próprios recursos limitados, mas contribuem para a restauração de áreas degradadas e desmatadas e, definitivamente, lutam pela conservação dos recursos hídricos.

O exemplo são as comunidades do norte de Minas, onde trabalhamos que, após 12 anos de luta, conseguiram criar a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras, com 38 mil hectares, com o objetivo de conservar as nascentes d'água, preservar os modos de vida e assegurar lugares onde eles possam continuar coletando os produtos da biodiversidade.

Há muitos exemplos, o assentamento PA Americana está fazendo um trabalho fantástico também na região de Grão Mogol. Muitos agricultores e produtores rurais, no passado, eliminaram algumas populações. Hoje estão replantando porque constataram que vale mais a pena ter as populações dessas plantas nativas, que produzem às vezes mais, do que criar gado. Há exemplos de agricultores, de pecuaristas que abandonaram a criação do gado e estão se



dedicando à exploração do coquinho azedo, um produto muito valorizado no norte de Minas; do baru, que era usado em postes e hoje é um produto altamente valorizado. Aqui não dá para ver, infelizmente, mas há exemplo do plantio, do manejo de bacuri, no Tocantins. E assim há inúmeros exemplos.

Esses são alguns exemplos de como os extrativistas estão preocupados com o meio ambiente, com a biodiversidade, com os serviços ecossistêmicos, serviços ambientais, já que isso afeta diretamente os meios de vida deles.

Aqui não dá para ver muito bem, mas há uma ponte sobre o Rio Pardo, há gado embaixo da ponte e uma cerca que passa por baixo da ponte; é um rio morto. Há muitas experiências dos próprios extrativistas, apoiados por organizações da sociedade civil, que geralmente investem no processamento e na agregação de valores dos produtos, embora tenham que lutar muito contra a expropriação dos seus territórios.

Gostaria agora de falar um pouco dos estudos que estamos desenvolvendo na EMBRAPA, tentando criar melhores condições para o manejo sustentável do extrativismo no Cerrado, com o objetivo de assegurar a manutenção dessas populações no campo. Estou trabalhando com uma série das principais fruteiras do Cerrado, como pequi, baru, mangaba, araticum, dentre outras.

O que nossas pesquisas demonstram ao longo dos últimos anos? Estamos tentando analisar como o uso da terra, o manejo e o extrativismo afetam a conservação da biodiversidade. Nós constatamos, já temos dados publicados, que o uso da terra, dependendo de qual tipo de uso que a terra afeta, sim, a persistência futura das populações, das plantas exploradas pelos extrativistas. Certamente o Cerrado, manejado pelas pequenas propriedades, não afeta. Isso está comprovado. No entanto, em grandes propriedades em que o Cerrado geralmente é todo removido e são deixados só alguns indivíduos dessas plantas exploradas, como pequi e baru, há efeito negativo na persistência daquelas plantas na natureza.

Por outro lado, ha um sistema intermediário muito praticado pelos gerapeiros. Trata-se da solta do gado no Cerrado, com um manejo de baixo impacto e que não afeta a biodiversidade significativamente.

Esse manejo, praticado tanto por grandes propriedades como por pequenas propriedades, depende do intervalo e da intensidade com que é praticado. Já



existem dados que comprovam que o baixo impacto pode contribuir para manter essas populações que são exploradas pelas comunidades.

O mais importante talvez, ou tão importante quanto, é que o extrativismo *per se* não afeta as populações, a persistência, a continuidade e a durabilidade do recurso explorado. Isso comprova que os múltiplos usos são possíveis, dependendo das práticas de manejo utilizadas.

Temos também tentado sintetizar esses dados e reproduzi-los, através de cartilhas e cartazes, para que essas práticas feitas em conjunto com os próprios agricultores, aprendidas com os próprios agroextrativistas, sejam mais disseminadas.

Há enormes gargalos, como o baixo investimento em ciência e pesquisa, na viabilização do extrativismo de forma definitiva. É um absurdo o tipo de equipamento que o extrativista usa. É preciso investimento para que se resolvam os gargalos, e não é um investimento tão grande. Na verdade, há, sim, necessidade de decisão política para que se utilize determinado recurso e haja um programa definido para que se resolvam esses gargalos tecnológicos, que não são tão complexos assim. É um absurdo o tipo de equipamento que o extrativista utiliza — que ele mesmo desenvolve —, por exemplo, para retirar a amêndoa do baru.

Nós também não temos dados, os nossos dados são escassos, não sabemos quem são essas pessoas, quantas são, onde estão. As informações sobre produção são gerais.

O IBGE divulgou, se não me engano foi em 2012 ou 2013, que o País todo produz 5.700 toneladas de pequi. Eu conheço um atravessador — um — que compra e revende, no ano, 10 mil toneladas, quase o dobro. Um atravessador. E hoje o pequi, principal produto do Brasil, é vendido em São Paulo, *in natura*.

Quanto à gestão dos territórios, é fundamental para o agroextrativismo o acesso ao recurso, mas há o perigo de, quando esse recurso for valorizado, possivelmente os grandes fazendeiros talvez não permitirem mais esse acesso, que hoje, de forma geral, é liberado ou compartilhado. Precisamos trabalhar em acordo de uso.

A capacitação é comprometida pela falta de formação adequada dos nossos técnicos e pela falta do próprio conhecimento, que não é disseminado. Há



necessidade de se estabelecer canais de comercialização, assim como existe uma série de entraves em financiamento e crédito e na própria formação dos nossos capacitadores.

Há inúmeras oportunidades para incorporar o extrativismo definitivamente de outra forma na sociedade, uma delas seria ampliar a participação dos extrativistas na conservação, porque eles são os grandes conservadores deste País. Essa é uma oportunidade de manter as famílias no campo.

Como eu disse, é fácil agregar valor, desenvolver produtos a partir disso e, conseqüentemente, é uma oportunidade de reduzir desigualdades sociais, assegurando os modos de vivência das comunidades, reconhecendo e fortalecendo a cultura, já que isso é indissociável. Basta investir em tecnologia simples e de baixo impacto, pensar em tecnologias que gerem renda, que resolvam problemas simples, mas que deem ocupação e renda para muita gente. Não é o caso de se pensar em alta tecnologia, como biotecnologia ou nanotecnologia. Isso é importante também, mas para o extrativismo talvez não seja o mais importante. O que é usado hoje, em termos de volume, pelas indústrias de fármacos e cosméticos, é mínimo, é bom para *marketing*, é importante. Mas se desenvolvêssemos, por exemplo, uma ração animal a partir do fruto do pequi, da parte jogada fora do pequi? Quantos milhões de toneladas não seriam aproveitadas, quantas pessoas não seriam empregadas, não teriam renda e manteriam o Cerrado em pé?

O nosso desafio é, na verdade, desenhar políticas públicas que contemplem isso e tirar o extrativismo da invisibilidade, dar voz e vez a essas comunidades. Em síntese, dar as mesmas oportunidades e condições aos agricultores. Isso passa pela terra, pela comercialização, pela agregação de valor, como falei, e pela simplificação. Há muitos entraves legais tributários e sanitários, que já está documentado, que comprometem grandemente essa atividade. Que a academia se mexa e tente mostrar como o extrativismo é sustentável fora de estudos só dentro de Unidades de Conservação, para mostrar que o homem também faz parte do ambiente. Isso tem que ser mostrado para toda a sociedade. Trabalhando com os agroextrativistas, é possível melhorar muito a conservação da biodiversidade, dos recursos hídricos, dos serviços ecossistêmicos. Deve-se entender que se tem de sair de uma visão unicamente econômica. Para o extrativismo, a questão econômica é



uma das vertentes, ela não substitui a agricultura ou a pecuária, é um complemento, mas não se pode esquecer dos componentes social, cultural e ambiental.

Qual é o mundo real? A conservação do que resta do Cerrado, não tenho dúvida, vai ser grandemente determinada pela forma como vamos usar e manejar essas áreas remanescentes. A terra do Cerrado é muito cara, é objeto de cobiça do agronegócio, diferentemente da Amazônia, onde a terra é pública e, portanto, muito mais fácil criar uma Unidade de Conservação. Então, no Cerrado, se nós queremos conservar, devemos investir no manejo sustentável. Portanto, nós necessitamos urgentemente de práticas alternativas de manejo que nos permitam realizar uma série de atividades que hoje são vistas de forma enviesada pela sociedade. Essas políticas públicas são uma oportunidade ímpar para aliar o uso sustentável de conservação.

Nós temos boas iniciativas, como as nossas políticas do PG/PNbio, PAA, PNAE. Mas só para dar uma ideia de como o investimento é baixo, o orçamento do PG/PNbio, nos últimos 7 anos, foi de 22 milhões de reais, o que equivalente a 3 milhões por ano, e atendeu a 60 mil famílias, 9,4 mil famílias por ano. Já a do PAA foi um investimento maior, de 39 milhões, em 8 anos, que dá uma média de menos de 5 milhões por ano, atendendo a menos de 3 famílias por ano. No entanto, isso é muito importante, foram comercializados 385 itens de sociobiodiversidade, o que demonstra a riqueza que estamos jogando fora. Para se ter ideia desses valores que citei, o Plano Agrícola e Pecuário deste ano e do próximo envolve 187,7 bilhões.

Concluindo, nós iniciamos um projeto agora, juntamente com o PNUD e com o GEF, que vai trabalhar essas vertentes e agregar valor para a sociobiodiversidade em seis territórios do Cerrado, da Caatinga e da Amazônia, que envolve uma equipe enorme da EMBRAPA. Além de tentar contribuir para o desenvolvimento sustentável desses territórios, quer gerar subsídios para as políticas públicas para que esses resultados sejam duradouros.

Nós vamos vai gerar alguns produtos, tentar resolver alguns desses gargalos que mencionei aqui de tecnologia, tentar compreender melhor a contribuição desses produtos da sociobiodiversidade, gerar material, capacitar multiplicadores e também investir na comercialização e em estudos sobre crédito.



Eu queria agradecer a todos por este tempo. Há necessidade, sim, de o País mudar essa visão e ter uma visão menos preconceituosa porque o extrativismo tem muito a contribuir. Na verdade, as comunidades agroextrativistas estão lutando para manter seus modos de vida e sua cultura, que é muito rica. Nós não temos que ficar olhando para o modelo da Europa ou dos Estados Unidos, devemos ter o nosso modelo, que valorize essas comunidades, a riqueza ímpar de espécies e culturas que temos aqui. Então, está tudo na nossa mão, só depende de nós investirmos seriamente nisso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Roseli Senna Ganem) - Parabéns, Aldicir, por sua excelente palestra.

Passo a palavra para o Luís Carrazza, da Central do Cerrado.

O SR. LUÍS ROBERTO CARRAZZA - Bom dia. Eu queria agradecer o convite para falar à plateia e ao público que nos assiste, já que o evento está sendo televisionado.

Primeiro, eu gostaria de me apresentar. Sou Luís Roberto Carrazza e atuo como Secretário-Executivo de uma central de cooperativas. O nosso trabalho é promover os produtos da sociobiodiversidade do Cerrado e fazer a sua comercialização para o mercado, que está cada vez mais interessado neste tipo de produto.

Nós atuamos num universo de 20 organizações associadas à Central do Cerrado, trabalhamos com uns 200 produtos em oito Estados brasileiros, contemplando mais de 5 mil famílias extrativistas que fornecem os produtos que a Central do Cerrado comercializa.

Nessa trajetória, que começou em 2004, enfrentamos inúmeros desafios e tivemos uma série de conquistas. O trabalho é feito numa ponta pelos produtores, com muitas dificuldades; e na outra ponta está o mercado, também com uma série de dificuldades, que eu quero apresentar aqui.

Antes de falar dos desafios da produção, eu queria ressaltar que o Cerrado é um bioma riquíssimo em biodiversidade — imagino que outros palestrantes que estiveram aqui já comentaram isso. O Cerrado é o berço das águas, já que nascentes das principais bacias hidrográficas estão aqui: do Rio São Francisco, do



Rio Paraná e do Rio Prata, que vão para o sul, do Rio Tocantins e do Rio Araguaia, que vão compor a Bacia Amazônica. Então, é enorme a importância hídrica, em relação à biodiversidade e em relação às questões climáticas.

Alguns estudos que apresentam dados sobre o desmatamento no Cerrado mostram que metade do bioma já foi desmatada. Existe uma forte pressão, especialmente internacional, para a conservação da Amazônia e da Mata Atlântica. Toda essa pressão faz com que a expansão da fronteira agrícola do agronegócio acabe migrando para o Cerrado, onde as taxas de desmatamento, segundo alguns estudos, variam de 3% a 5% ao ano. O desmatamento continua avançando e, nos últimos anos, a intensidade do avanço sobre o Cerrado está maior, especialmente com a criação do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA, que diz respeito às áreas de Cerrado no Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Esse plano do Governo tem o objetivo de fazer avançar o agronegócio de forma mais organizada, com mais aporte de recurso. Inclusive, vários Parlamentares — Senadores e Deputados — já fazem emendas ao Orçamento para o desenvolvimento desse plano.

Por um lado, há um cenário internacional que valoriza os ativos brasileiros em relação à biodiversidade e que se preocupa com as questões do clima e do desmatamento; por outro lado, há um conjunto de ações financiadas com muito orçamento para continuar destruindo o Cerrado.

Além do avanço do agronegócio, que está ligado à produção de grãos e de carne, avançam a mineração e as monoculturas de eucalipto para a produção de lenha e de celulose, como o Aldicir falou. Há uma série de ameaças à paisagem nativa e às comunidades que vivem nessas áreas.

Em relação ao extrativismo, eu gostaria de reforçar o que o Aldicir mencionou. Trabalhamos com o conceito do agroextrativismo. Percebemos que as áreas que ainda apresentam vegetação nativa do Cerrado são impróprias para a agricultura, por causa da topografia, ou são ocupadas pelas comunidades que estão resistindo e trabalhando a sua produção, especialmente para a subsistência, com algum excedente sendo colocado no mercado. Nesses locais estão as áreas conservadas. Há áreas conservadas nas terras indígenas, nas áreas quilombolas, nos assentamentos de reforma agrária, especialmente nos assentamentos que



trabalham com o extrativismo, nas comunidades tradicionais das quebradeiras de coco, dos geraizeiros e dos ribeirinhos. A conservação acontece onde estão essas comunidades, que fazem o uso responsável e sustentável da natureza.

Então, quero reforçar a importância desse modelo de produção sustentável que valoriza não só os aspectos econômicos, mas que gera comida para a população, que gera a manutenção da cultura local, que valoriza os produtos locais e promove uma série de serviços ambientais. Nas comunidades extrativistas que estão mantendo a paisagem nativa, há infiltração de água, não há assoreamento nos rios, não há uso de veneno, a biodiversidade é conservada, há polinização e uma série de outros serviços ambientais.

Na prática do extrativismo, são gerados inúmeros produtos para diversos fins. Como o Aldicir falou, algumas comunidades promovem o extrativismo para a produção de alimentos. Na Cooperativa Central do Cerrado há comunidades que trabalham com polpa de fruta, com castanhas, com pequi em conserva, com fruta desidratada — o cajuzinho, a mama-cadela —, com farinha de jatobá, com farinha de babaçu, com óleos de diversas espécies. As propriedades nutricionais desses produtos propiciam um bem-estar incrível, mas eles são muito pouco conhecidos, porque o Brasil nunca os valorizou. Há baixíssimos investimentos na pesquisa, no desenvolvimento de tecnologia para aproveitamento desses produtos e na sua promoção, na investigação, na divulgação dos conhecimentos tradicionais e na valorização desses conhecimentos.

Nós temos conversado sobre a quebra do baru com o Aldicir, que é um dos poucos pesquisadores da rede de centros de pesquisa e de investigação que atuam nessa área. A castanha do baru é cada vez mais conhecida e cada vez mais procurada, mas existe uma dificuldade enorme em conseguir o produto em escala, com regularidade e com qualidade. O Evandro, que está aqui, é um dos pioneiros da produção do baru em Pirenópolis e sabe o quanto já batemos cabeça com isso. Depois de 15 anos, ainda não contamos com uma máquina, nem com uma empresa, nem com uma indústria, nem com investimento para desenvolver tecnologias para trabalhar com esse produto, que tem uma demanda incrível. Há empresas de toda natureza — cosméticos, alimentação, panificação, alimentos, barrinhas de cereais,



granola — interessadas no produto, mas não conseguimos atendê-las, porque o processo é muito artesanal, por falta de atenção para esse tipo de atividade.

Além do turismo associado com as paisagens da natureza, pratica-se o extrativismo para produzir artesanato e para a construção de telhados de palha, de cercas, de estábulos e muitas outras coisas. As fibras do Cerrado são usadas na área têxtil, a lenha é usada como combustível — existem pesquisas que retratam a importância da lenha para povos e comunidades tradicionais — e os óleos são usados para fins medicinais, entre outros.

Dito isso, há uma série de desafios e contradições que enfrentamos quando trabalhamos com produtos de comunidades. Primeiro, como o Aldicir falou, existe a invisibilidade das comunidades. Trabalhamos com comunidades que, historicamente, foram excluídas de oportunidades de educação de qualidade, de acesso aos mercados. Para essas populações, a energia está chegando agora, o investimento em infraestrutura é pouco, e a estrada não existe.

Como fazer para que a produção dessas comunidades ocorra segundo o padrão exigido pelo mercado e pela legislação? Uma quebradeira de coco, que viveu toda a sua vida excluída do mundo e das exigências da burocracia, para vender a sua amêndoa de babaçu agora precisa ter um certificado digital para assinar uma nota eletrônica, precisa de acesso à *Internet*, precisa de uma logística para entregar no prazo. Quer dizer, estão sendo impostas condições totalmente descabidas para essa população. Na lógica, os diferentes devem ser tratados de forma diferente. Deve-se entender a diversidade que existe no País para tratar de políticas e de exigências que cabem para aquele grupo social.

Existe uma carência muito grande não só em relação a essas questões, mas também quanto à assistência técnica. Sou um zootecnista formado na Universidade Estadual Paulista, onde aprendi a criar frango para a indústria, a criar boi para a indústria, a criar porco para a indústria. Eu não aprendi a criar galinha caipira, eu não aprendi a criar porco de forma tradicional, eu não aprendi a lidar com os produtos do quintal para alimentação. A universidade não forma as pessoas para trabalhar com esse tipo de produção que estamos mencionando aqui, que precisa de atenção. (*Palmas.*) Deve-se reconhecer que as condições têm melhorado, mas a



situação está muito longe da ideal, não há nem comparação com o volume de investimentos voltados à indústria do agronegócio.

Existem planos excelentes para a agricultura familiar e para o agroextrativismo. Na gestão do Governo passado, foi criado o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade, com iniciativas muito bem orientadas para a iniciativa privada e para o Governo, pensando em assistência técnica, na extensão, no desenvolvimento de tecnologia, no desenvolvimento de equipamentos, em métodos para adequar os produtos às normas sanitárias e às exigências fiscais, em desburocratização, em uma série de coisas que não saíram do papel.

O Ministério do Meio Ambiente tinha programas de fomento para as comunidades extrativistas, mas eles não existem mais. O PDA — Subprograma Projetos Demonstrativos do tipo A se extinguiu, a Carteira de Projetos do Agroextrativismo não existe mais, a Carteira Indígena não existe mais.

Quer dizer, existe uma demanda por organizar a sociedade, para produzir e entregar esses produtos, mas o apoio está cada vez menor, tornando bastante difícil desenvolver o trabalho nesse contexto totalmente diferente. Do outro lado, o mercado está cada vez mais interessado em produtos sustentáveis e saudáveis. Vai acontecer aqui à tarde uma Mesa com a presença de chefes de cozinha que estão cada vez mais valorizando os produtos da biodiversidade brasileira. Há movimentos no mundo inteiro — como o Slow Food, mencionado pela Ana Paula Jacques — que valorizam esses produtos. Parece-me que, em relação à forma como lidamos com esse segmento, nós estamos andando na contramão da tendência.

Essas comunidades excluídas têm uma dificuldade muito grande de se relacionar com o mercado, porque elas têm pouca orientação, pouca informação, pouco recurso de suporte e grande dificuldade de atender a todas essas exigências.

Eu gostaria de destacar algumas demandas. Primeiro, pleiteamos mais investimentos no fomento. O fomento e o apoio a essas organizações extrativistas têm uma relação muito forte com as organizações de assessoria. Infelizmente, a assistência técnica pública do Brasil está muito desestruturada — ela foi sucateada e hoje se tenta fazer a sua reestruturação. As comunidades extrativistas são atendidas apenas onde as organizações não governamentais conseguem fazer seu



trabalho. A relação do Estado com a sociedade civil é cada vez mais difícil, por causa dos mecanismos de financiamento, do nível de engessamento do investimento, da forma de se utilizar os recursos públicos para esse fim.

Por último, quero salientar a necessidade de adequação das normas legais, para que haja um marco próprio para o extrativismo, para a agricultura familiar, tanto no que diz respeito às normas sanitárias como no que diz respeito às questões fiscais e tributárias, que são muito complexas e totalmente descabidas para esse público. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Roseli Senna Ganem) - Obrigada, Luís, pela sua contribuição.

Vamos passar aos debates.

Quem quiser se inscrever para fazer perguntas, por favor, levante-se e venha aqui se identificar, pois o evento está sendo gravado. Pedimos a todos que sejam breves, porque o último painel da manhã está atrasado.

O SR. WANDERLEI SEBASTIÃO MEIRELES - Enquanto eles se identificam, e estou mais perto, quero me manifestar.

Boa dia a todos! Gostaria de agradecer a oportunidade de participar.

A SRA. COORDENADORA (Roseli Senna Ganem) - Identifique-se, por favor.

O SR. WANDERLEI SEBASTIÃO MEIRELES - Sou Wanderlei Meireles, de Cristalina, que também está participando da cadeia do agroextrativismo.

Parabenizo todos os palestrantes, por tudo que foi tão bem exposto.

O Donizete, da ECODATA, defende que, para que possamos gostar, temos que conhecer o Cerrado. Ele já promoveu alguns cursos para mostrar o que é o Cerrado e quais produtos podem ser aproveitados no agroextrativismo.

Quero dizer ao Félix que em Cristalina há 11 projetos de assentamento, e o pessoal do PA Presidente Lula, um dos assentamentos daquela cidade, está aguardando a oportunidade de obter recursos.

Eram essas observações que eu gostaria de fazer.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Roseli Senna Ganem) - Obrigada.



O SR. ELMAR DE OLIVEIRA SILVA - Meu nome é Elmar, da comunidade do PA Canaã, de Flores de Goiás, Município com 26 assentamentos. O segundo maior projeto de assentamento do País está naquele Município.

No meio rural, há muitas dificuldades. Por exemplo, estamos no PA Canaã há 16 anos e não tínhamos visto algumas coisas que o Donizete, da ECODATA, nos mostrou lá.

Há pouco eu falei sobre a parte técnica. O essencial para um assentamento de reforma agrária crescer é contar com técnicos e com projetos para continuar o processo de assentamento. E isso nós tivemos há 16 anos, quando foi criado o projeto. Daí por diante, não tivemos mais acesso a esse povo. Então, lutamos pela reforma agrária junto ao INCRA, mas isso acaba ficando pendente.

O tempo aqui é muito curto para falar. A gente é agricultor e gostaria de falar muito mesmo, falar tudo que a gente precisa falar, mas infelizmente o tempo é curto. A vontade da gente é grande, mas não dá. Por isso, a gente tem que resumir o máximo possível.

Queremos agradecer à ECODATA por ter nos colocado na Rota da Biodiversidade do Cerrado. A Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste — SUDECO foi companheira da ECODATA na promoção de ações nesses 15 Municípios. Por isso, pedimos à SUDECO que promova essas ações em outros Municípios também.

No Projeto de Assentamento Canaã nós recebemos um pouco de esperança de ter alguma coisa para mostrar ao nosso jovem. Quase todos já foram embora e deixaram seus pais sozinhos naquele local. Ficamos insatisfeitos demais quando vemos cada jovem nosso saindo do meio rural para ir para as cidades, para os grandes centros procurar uma vida que ele não conhece, não sabe, nunca viu, e acaba se transformando em outra coisa. Nós não sabemos o que vai acontecer, ele pode ser um marginal depois. No seio da família, certamente ele vai ajudar, vai auxiliar os pais e crescer, mesmo pouco, por falta de recursos financeiros da iniciativa privada ou da pública. Mesmo no meio rural, ainda temos o sonho de crescer.

Eu morei 10 anos em Brasília e voltei para o campo. Eu saí do campo, vim a Brasília, morei aqui 10 anos, e voltei para o campo. Por quê? Porque o campo é o



lugar com que eu me identifico. Eu acho que cada um que volta para o campo se identifica com aquele lugar.

Acreditamos muito em todos os projetos, mas ficamos muito engajados e muito satisfeitos com esse projeto que foi construído no PA Canaã, através da ECODATA, com a participação da SUDECO e de outros companheiros. Gostaríamos que fosse aprovado um projeto que nós fizemos, o Projeto Sabor Nativo — Agroindústria do Cerrado. Ficamos pensando: “*Será que eu vou conseguir?*” São tantas coisas, que ficamos pensando que pode ser que sim e pode ser que não. Ficamos no meio da estrada. Então, não temos segurança.

A SRA. COORDENADORA (Roseli Senna Ganem) - Vamos encerrar, por favor. Precisamos passar a palavra para os demais.

O SR. ELMAR DE OLIVEIRA SILVA - Eu queria só concluir.

Nós do Canaã nos reunimos algumas vezes e falamos: “*Será que nós conseguimos?*” Então, nós vamos rezar, pedir a Deus que ilumine todas as autoridades que estão trabalhando para consolidar esses projetos, não só para nós, mas para todos.

Gostaria de falar mais, mas o tempo é curto e não dá.

Agradeço a todos. Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Roseli Senna Ganem) - Eu peço que os próximos a falar sejam breves. Eu sei que todo mundo quer dar seu depoimento, mas ainda há o próximo painel.

O SR. RUBEN DE SOUZA LACERDA - Bom dia!

Meu nome é Ruben, sou Vereador no Município de Simolândia. Fui um dos cinco que participaram do projeto da ECODATA no Assentamento Zumbi dos Palmares, em Simolândia.

A nossa realidade não é diferente da realidade de Flores de Goiás e de todos os assentados do Brasil. Em Simolândia existem três assentamentos, onde as famílias estão há mais de 10 anos à mercê do descaso do poder público, principalmente federal, porque o estadual não participa mesmo. Eu estou no poder há 12 anos, e há 10 anos eu vejo o descaso.



Essas 45 famílias do Assentamento Zumbi dos Palmares que foram citadas sequer têm água para beber. A Prefeitura do Município de Simolândia arca com isso, até hoje levando água para elas no carro-pipa. Elas não têm condição nenhuma!

O que eu espero é o que o rapaz de Flores de Goiás acabou de falar: que Simolândia seja contemplada. Eles precisam disso, eles necessitam disso, são carentes.

Eu queria perguntar ao rapaz da SUDECO como facilitar o acesso dessas pessoas desses Municípios à sua instituição. A Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste é o meio que vincula os Municípios ao Governo Federal, é o meio que libera o recurso, mas não é o meio que faz o recurso chegar à realidade dos Municípios.

Eu queria encarecidamente que Simolândia fosse um dos Municípios contemplados, para acabar com o descaso em relação àquelas famílias, que estão lá há mais de 10 anos, desde 2005.

Recentemente, foi feito um corte na área. Algumas famílias lutavam para sair do barraco de lona, porque todo mundo sabe a realidade do País e do mundo: o calor é demais. Elas moravam no barraco de lona, e depois conseguiram construir um barraco de tijolo, de alvenaria. Mas agora cortaram a terra delas, e muitas tiveram que se deslocar. Estamos fazendo parceria com a Prefeitura, conseguindo tijolo, cimento, material de construção para elas não ficarem mais uma vez abandonadas. Elas ficaram mais de 2 anos às margens da rodovia GO-112, que liga Iaciara a Simolândia. Agora, estão de novo dentro de suas parcelas, que foram cortadas, mas não conseguem sequer construir uma casa, uma moradia digna. Isso é a apenas 250 quilômetros daqui, da Capital Federal, e as famílias estão lá à mercê do tempo.

No mais, quero solicitar ao rapaz da SUDECO que tenha misericórdia do povo de Simolândia, do PA Zumbi dos Palmares, do PA Simolândia e do Assentamento Tempo Novo, no Município de Simolândia.

É só isso. Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. COORDENADORA (Roseli Senna Ganem) - Pessoal, de tarde haverá um painel exclusivo do Rotas da Biodiversidade do Cerrado. Então, eu queria que vocês fossem mais breves, porque ainda há um painel, por favor.



O SR. FABRÍCIO - Bom dia a todos!

Meu nome é Fabrício, sou estudante da UnB.

A minha preocupação é a seguinte. Neste dia e meio de seminário — eu até introduzi essa pergunta ontem e vou formulá-la de novo — foi falado em sustentabilidade, em preservação, em reaproveitamento. Há toda essa preocupação. Os especialistas expuseram os problemas e também as soluções. Diante disso, chegou-se à conclusão de que nós temos que modificar o modelo econômico. E aí eu pergunto a esta Casa: como esse modelo econômico vai ser sustentado, se não modificarmos também o modelo de educação deste País? (*Palmas.*)

Foi retirada a educação ambiental dos currículos do ensino básico, do ensino fundamental e do ensino médio. Então, vai-se formar um cidadão alienado. Como se vai preparar um cidadão que vai chegar ao nível superior, se ele é alienado, se não tem senso crítico, se não sabe direito os seus deveres e as suas responsabilidades?

Eu faço esta pergunta a esta Casa: nós vamos construir um castelo de areia, e daqui a pouco vai bater um pé vento, e ele vai ser desfeito, ou vamos construir esse novo modelo econômico sustentável em cima de uma rocha? Essa é a pergunta que eu quero fazer a esta Casa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ DIAMANTINO ALMEIDA SILVA - Bom dia a todos!

Meu nome é José Diamantino Almeida Silva, e sou do Estado do Pará.

O que me trouxe a Brasília foi um grande acidente, vamos dizer assim. Eu não tive recursos no meu Estado e fui parar em São Paulo, onde, graças a Deus, controlei a minha situação.

No Pará, sou proprietário de umas 80 cabeças de gado. Desse gado, com a minha saída, foram desviadas umas 40 cabeças. É até uma crítica eu falar do meu Estado, mas realmente procurei a delegacia, que não se achava capaz de conseguir o gado. Eu meti o pé na estrada. Mesmo operado, consegui achar o gado, que filmei, está aqui. Voltei à delegacia do meu Estado, e me cobraram a despesa policial. Eu mandei somar tudo, deu R\$ 50 mil, era o resto do gado. E eu falei: “Então, não tem jeito. Tem que deixar por perdido”. Não consegui pagar.



Então, novamente fiz uma reclamação, e me sugeriram uma posse de terra aqui em Brasília, porque já sou morador de Brasília há 15 anos e não tenho a alternativa de voltar para o meu Estado.

Quero agradecer a presença de todos.

Eu vivo lutando no INCRA e tal.

Quero agradecer a V.Exa., que falou de Flores de Goiás, onde me deram aquela posse. Mas era aquela gravatinha estreita que não tinha recurso. Eu falei: *“Eu não sou de pedir, eu sou de trabalhar! Não dá para mim”*. Aí voltei, com a Gromecina, que me falou: *“Não, a gente vai conseguir outra área”*. E até agora essa área não saiu.

Eu queria homenagear a presença de todos, que é o que posso fazer neste recinto.

Agradecido. (*Palmas.*)

A SRA. AURINDA BARBOSA - Bom dia a todos!

Eu quero parabenizar os organizadores deste seminário e parabenizar também a equipe da ECODATA que esteve no Assentamento Santa Helena.

Meu nome é Aurinda. Sou Presidente da Associação dos Produtores da Agricultura Familiar do Assentamento Santa Helena, em Padre Bernardo, Goiás. Nós participamos de um curso com o pessoal da ECODATA, em que aprendemos a fazer um projeto para uma cozinha industrial. No nosso assentamento, a maioria dos assentados é mulher e criança.

Eu peço que o nosso projeto seja aprovado, porque isso vai ser muito bom para nós. Moramos no Estado de Goiás, e o nosso Município é muito rico em biodiversidade, em frutos do cerrado. Então, nós queremos trabalhar nessa linha de proteger o meio ambiente. Com esse projeto, nós também pensamos em fazer uma estufa para produzir mudas de plantas do Cerrado. Então, pedimos encarecidamente que o nosso projeto seja aprovado.

Muito obrigada por vocês me ouvirem. Que bom que isso vai contemplar muitas pessoas, vai ajudar muitas pessoas a caminhar um pouco mais! Há pessoas que precisam, mas não têm condições. Nós temos que aproveitar essas oportunidades. Espero que sejamos contemplados.

Era só isso. Muito obrigada. (*Palmas.*)



A SRA. COORDENADORA (Roseli Senna Ganem) - Há mais três inscritos. E aí se encerram as inscrições.

O SR. ANTENOR - Muito bom dia a todos!

Eu sou Antenor, de Alto Horizonte. Quero dizer a todos que, através da ECODATA, nós em Alto Horizonte passamos a conhecer melhor o Cerrado. Acredito que isso ocorra em todos os Municípios onde a ECODATA leva os seus projetos e os seus técnicos para elaborar projetos e dar palestras.

Eu acho de fundamental importância a aprovação dos projetos que foram criados na Rota da Biodiversidade do Cerrado, principalmente em Goiás, para divulgar mais os produtos do Cerrado, para elaborar aquilo que pode ser feito com os produtos do Cerrado. Acho de fundamental importância a aprovação dos projetos de cada Município, para que sejam melhor aproveitados os frutos do Cerrado.

É só isso. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. ELIEL DE SOUSA MENDES - Bom dia a todos e a todas!

Meu nome é Eliel Mendes. Eu sou Coordenador-Geral de Execução Orçamentária e Financeira da SUDECO. Como eu ouvi aqui o representante do PA Canaã, de Flores de Goiás, resolvi fazer uma intervenção.

Só a título de informação, na última sexta-feira, a SUDECO esteve presente em uma grande reunião com presidentes de associações de Flores de Goiás, juntamente com representantes da Fundação Banco do Brasil e do INCRA, procurando fórmulas e parcerias para levarmos soluções para uma comunidade tão carente como é aquela que faz parte da reforma agrária no Município de Flores de Goiás. Foi uma reunião muito interessante — não sei se o representante do PA Canaã estava lá presente, acho que sim. De lá, nós tiramos algumas ideias que a SUDECO já está trabalhando no sentido de ajudar aquelas comunidades de Flores de Goiás.

Era só essa informação que eu queria dar. (*Palmas.*)

O SR. GERÔNIMO BARROS - Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Gerônimo, eu sou Presidente de uma cooperativa de produtores rurais de Minaçu.

Eu gostaria de perguntar ao Luís como fazer para me filiar a essa cooperativa. Em Minaçu, através da ECODATA — Odécio Rossafa, Fábio Marques e Rogério Pacheco —, estamos desenvolvendo um trabalho com os frutos do Cerrado. Nós



precisamos, Luís, vender os nossos produtos. Eu estou muito interessado em me filiar à central de cooperativas de que você faz parte para vender os nossos produtos de Minaçu, que fica na divisa com o Tocantins, para Brasília e talvez até para o Brasil e para o mundo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. COORDENADORA (Roseli Senna Ganem) - Obrigada pelas intervenções.

Antes de passar a palavra aos palestrantes para eles fazerem as suas considerações finais, dizer que está em tramitação na Câmara o Projeto de Lei nº 25, de 2015, do Deputado Sarney Filho, que institui uma política de normas de uso e conservação do Bioma Cerrado. Um dos dispositivos desse projeto de lei prevê justamente a instituição de uma política de extrativismo sustentável para o bioma. Então, acho que as contribuições apresentadas aqui são muito importantes e poderão ser incorporadas a essa proposição.

Quero também rapidamente fazer uma pergunta aos palestrantes. Existe algum levantamento das comunidades extrativistas do bioma? Eu peço que cada um se restrinja aos 3 minutos, porque estamos bem adiantados na hora.

Obrigada.

O SR. ALDICIR OSNI SCARIOT - Eu desconheço se existe algum levantamento mais sistematizado. Sabe-se, por conhecimento de quem trabalha no Cerrado, onde essas comunidades estão localizadas. Mas, como o Luís mencionou muito bem, basta olhar o que sobrou do Cerrado. Onde existem ainda remanescentes do Cerrado, de forma de sobreposição quase integral, existem comunidades tradicionais, comunidades indígenas, populações tradicionais que vivem nessas áreas. Todas essas comunidades estão resistindo ao uso irracional do Cerrado. Não é dizer que não se deve utilizar, mas usar de forma racional, que traga sustentabilidade e desenvolvimento para todos, não só para alguns.

Então, eu desconheço se existe algum levantamento mais sistematizado. Na verdade, os próprios levantamentos do IBGE não consideram as características dessas comunidades.

A SRA. COORDENADORA (Roseli Senna Ganem) - Com a palavra o Sr. Cleber para suas considerações finais.



O SR. CLEBER ÁVILA FERREIRA - Agradeço novamente a oportunidade que a SUDECO tem de apresentar para a sociedade um pouco do seu trabalho.

Eu quero aproveitar a fala do Vereador Rubens, lá de Simolândia, e trazer algumas reflexões para que possamos pensar no que fazer com todo este trabalho e com as informações que nós estamos produzindo neste debate de hoje.

Um dos pontos fortes, pelo menos no meu entendimento, é a necessidade de termos aqui um observatório não só de fluxo de turistas, mas também das demandas de consumo tanto de produtos quanto de serviços.

Nós, quando falamos em apoiar projetos, pensamos em apoiar projetos, mas também pensamos na emancipação desses projetos. Digamos que a fonte de recursos com que nós trabalhamos seja o Tesouro Nacional. Mesmo que nós quiséssemos, nós não teríamos fôlego financeiro para sustentar vários projetos ao mesmo tempo por vários anos. Então, nós precisamos ter uma visão também empreendedora de modo a levantar essas demandas e cruzá-las com as ofertas. Aquilo que não for consumido na nossa região podemos exportar, aproveitando a estrutura do próprio Governo Federal, como, por exemplo, a APEX, que é a agência de exportações do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, também inserindo nossos produtos fora do País.

Nós temos uma responsabilidade muito grande com o desenvolvimento regional, sobretudo naqueles Municípios onde a economia é classificada pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional como economia estagnada ou dinâmica. Uma demonstração disso, Vereador Rubens, é que, para este ano, nós fizemos um novo convênio na região, no nordeste goiano, onde maior parte desse trabalho foi desenvolvida, para que déssemos continuidade ao trabalho. Então, assim, nós precisamos entender toda essa cadeia, todo esse processo. Nós precisamos precificar esse projeto, mas também precisamos nos preocupar com o mercado e saber para quem nós vamos vender.

Nós falamos de assistência técnica e de fomento, mas nós precisamos cuidar de regularização fundiária também. Eu acredito que a academia pode ser uma grande parceira tanto na questão da estruturação de viabilidade econômica como também na questão da assistência técnica. Temos também a EMBRAPA, que é fundamental nesse processo, e recentemente o Governo Federal criou a Empresa



Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, e nós também temos que nos apoiar nessa instituição.

Então, de forma geral, agradeço novamente a presença e o convite e coloco a SUDECO à disposição de todos no nosso papel principal, que é desenvolver a Região Centro-Oeste de forma includente.

Muito obrigado e bom dia a todos. *(Palmas.)*

A SRA. COORDENADORA (Roseli Senna Ganem) - Obrigada.

O SR. LUÍS ROBERTO CARRAZZA - Em relação à pergunta da Roseli, eu também não conheço estudo ou mapeamento algum mais aprofundado sobre as comunidades, o que realmente é um trabalho que precisa ser feito, mas que, com certeza, é uma tarefa muito difícil, porque muitas dessas comunidades vivem de forma quase isolada nas encostas dos rios, dos morros. Acredito que deve haver uma quantidade grande até de comunidades praticamente sem contato ainda com o mundo mais civilizado. Sem dúvidas, é importante haver um levantamento desses.

Em relação à pergunta do Jerônimo, de Minaçu, nós somos uma central de cooperativas, e há uma série de critérios que precisa ser atendida para se associar à Central do Cerrado. A decisão de adesão ou não de uma cooperativa como a dos senhores depende de os senhores apresentarem a documentação, de a submetermos à diretoria, e de a assembleia deliberar sobre a inserção ou não. O que é o principal? Haver um produto com que os senhores trabalham em condições de operar no mercado. A Central do Cerrado não tem condições de ir lá à comunidade dos senhores fazer todo o desenvolvimento. Os senhores teriam que já ter o produto, para trabalharmos a parte do mercado, em condições de emitir nota fiscal, ter embalagem padronizada e um processo de produção com qualidade dentro de uma agroindústria para dar segurança para o consumidor. Temos uma preocupação muito grande de garantir um produto de qualidade, em primeiro lugar, para o consumidor.

Após o término deste painel, eu posso lhe passar o cartão com os nossos contatos. Temos interesse em agregar novas organizações que tenham produtos sempre trabalhados com manejo sustentável e com gestão democrática, em que as relações estejam bem estabelecidas. A proposta é de fortalecer e manter o sujeito no campo, vivendo com dignidade. *(Palmas.)*



A SRA. COORDENADORA (Roseli Senna Ganem) - Muito obrigada. Quero agradecer a participação dos palestrantes e encerrar esta Mesa.

Antes de passar à próxima, pediram-me para lembrar que, hoje à tarde, haverá o encerramento com um coquetel com produtos do Cerrado. À tarde, nós teremos duas Mesas: *Projeto Rotas da Sociobiodiversidade do Cerrado*, o projeto que foi mencionado aqui; e *Cerrado e oportunidades de negócios na alimentação*, que tem tudo a ver com a política de extrativismo.

Então quero agora chamar a Deputada Erika Kokay para presidir a próxima Mesa, que tratará de *RPPNs, conservação e oportunidades de negócios*.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

(*Pausa prolongada.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quero desejar um bom dia para cada um e cada uma de vocês e dizer da minha alegria de estar aqui.

E, antes de chamar as pessoas para a composição da próxima Mesa, eu gostaria de parabenizar o Deputado Sarney Filho, que tem feito um trabalho de grande magnitude nesta Casa, um trabalho de enfrentamento a toda uma série de ataques que nós estamos sofrendo do ponto de vista territorial. Particularmente, eu faria referência à Proposta de Emenda Constitucional nº 215, de 2000, que retira do Poder Executivo a exclusividade de demarcar terras tradicionalmente ocupadas e, portanto, torna inócua qualquer tipo de homologação de terras indígenas, quilombolas e de unidades de conservação.

Penso que a Frente Parlamentar Ambientalista, presidida pelo Deputado Sarney Filho, bem como a Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos, a Comissão de Direitos Humanos têm feito nesta Casa uma grande discussão de resistência para que nós possamos preservar os povos tradicionais e para que nós possamos fazer com que não tenhamos este País dominado de forma tão agressiva, como tem sido dominado, pelo grande latifúndio, que não tem compromisso com a sustentabilidade, mas que busca avançar sobre territórios tradicionais, territórios indígenas, territórios quilombolas e sobre as próprias unidades conservação.

Por isso, eu inicio esta Mesa lembrando do assassinato que houve recentemente em uma comunidade, nas proximidades de Dourados, em Mato



Grosso do Sul, de um indígena, que estava lutando por uma terra já homologada pelo Governo Federal. Ele foi brutalmente assassinado, e aqui nós fazemos as nossas homenagens a ele, para começarmos dizendo que nós somos fruto dos que passaram, nós somos sementes dos que ainda vão chegar, mas nós temos compromisso, porque temos e carregamos a terra que nós pisamos e que nós aprendemos a respeitar.

Com isso, eu chamo os nossos palestrantes para comporem a Mesa. Eu gostaria de chamar o Sr. Jeremias Lunardelli Neto, Presidente da Fundação Paulo de Tarso e criador da Unidade Agroecológica Santa Branca. Gostaria de chamar o Sr. Evandro Ayer, proprietário da RPPN — Reserva Particular do Patrimônio Natural Vagafogo, em Pirenópolis, Goiás. Chamo o Sr. Cesar Victor do Espírito Santo, Secretário-Executivo da FUNATURA — Fundação Pró-Natureza. *(Palmas.)* Peço que se sintam à vontade para assumir os seus lugares.

Registro, antes de passar a palavra aos que compõem esta Mesa, que nós temos também a grata alegria de termos a presença da esposa do Jeremias, que está aqui conosco. Nós fazemos uma particular saudação a ela. *(Palmas.)* Também está aqui conosco a esposa do Evandro. Nós saudamos essas mulheres guerreiras que aqui estão, lembrando que por trás de um grande homem nunca tem uma grande mulher; ela está sempre ao seu lado e, às vezes, à sua frente. *(Palmas.)*

Com isso, nós vamos cumprir o procedimento que tem sido adotado neste seminário, de concessão de 12 minutos para as exposições iniciais, para cada um dos expositores. Em seguida, vamos franquear a palavra para que um determinado número de pessoas possa fazer as suas considerações; e, depois, devolvemos para as considerações finais das pessoas que aqui estão.

Nós vamos começar pela mesma ordem de apresentação dos palestrantes. Concedo a palavra ao Jeremias Lunardelli Neto para que possa fazer a sua exposição por um prazo de 12 minutos.

O SR. JEREMIAS LUNARDELLI NETO - Deputada Erika, componentes da Mesa, meus senhores e minhas senhoras, bom dia.

Eu queria dizer aos senhores que tenho ouvido muito falar em crise e eu queria dizer-lhes que eu sou uma das pessoas que gostam muito de crise. Foi com uma crise que eu deixei de ser desmatador na Amazônia, deixei de formar grandes



pastagens na Amazônia e, depois de viver 50 anos em São Paulo, mudei para Goiás, onde moro há 28 anos. Foi nessa crise que eu tentei encontrar um modelo um pouco diferente daquele que chamavam de progresso e que consistia de derrubarmos matas e formarmos pastagens. Levei 10 anos no nosso Goiás tentando encontrar um modelo um pouco diferente.

Hoje eu não vou falar muito. Eu vou apresentar-lhes um vídeo que foi feito em dois dias, no dia 6 e no dia 7 deste mês. Nesses dias nós reunimos lá 4.500 turistas e tivemos que breca mais ou menos 300, 400 carros, para não entrarem na propriedade.

Ao lado disso, nós tivemos uma primavera exuberante mostrando flores belíssimas. Nós estávamos em plena colheita de uma agricultura impactante, intensiva, que também compõe o nosso projeto. O nosso projeto abriga diversas atividades, e nessas diversas atividades nós estamos buscando o nosso equilíbrio.

Eu gostaria que os senhores vissem o vídeo. Depois, eu voltarei para comentá-lo. Eu queria dizer que esta não é uma palestra, é um diálogo, mas a minha mulher costuma dizer que o meu diálogo é um monólogo. Eu volto daqui a pouco para falar com vocês.

Obrigado. *(Palmas.)*

(Exibição de vídeo.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Gostaria de parabenizá-lo pela experiência que nos faz entrar em contato conosco mesmo e com o outro. Nós não entramos em contato conosco mesmo sem entrar em contato com o outro e sem que reconheçamos o outro enquanto tal.

Tem a palavra o Sr. Evandro Ayer, que é proprietário da Reserva Particular do Patrimônio Natural Vagafogo, em Pirenópolis, Goiás.

O SR. EVANDRO AYER - Eu tive dúvidas quanto a vir ou não vir. A Catarina falou com a Roseli ao telefone e, por seu intermédio, perguntei: “*o que ela quer que eu vá fazer numa reunião dessas para falar de RPPN? Eu não sei se eu quero falar de RPPN, porque eu não ando muito feliz com essa história de RPPN, não!*” Mas a Roseli disse algo que me fez pensar que eu tinha de vir.

Não estou querendo ser visto como o sucesso da Vagafogo. Não queria chamar a atenção para isso, mas não poderia deixar de vir para falar sobre a



sustentabilidade do nosso projeto familiar que começou com a compra da fazenda, em 1975, com a nossa vida na roça, trabalhando com agricultura orgânica, com a preservação de uma floresta, até que, no final dos anos 80, deparamo-nos com esse grupo de Brasília que nos passou uma proposta diferenciada de utilização do nosso espaço: continuar fazendo o que já vínhamos fazendo há algum tempo e adotarmos a área como um santuário de vida silvestre. Assim era o projeto da FUNATURA.

Depois, mais tarde, esse trabalho da FUNATURA junto ao Governo Federal criou as RPPNs. Então, durante muito tempo, eu dizia que eu era uma das primeiras RPPNs do Brasil, até que um dia o Adolfo, funcionário da FUNATURA disse: *“Aceite que você é a primeira RPPN criada no Brasil, porque, antes disso, foi feito um contrato idêntico ao que foi feito com o IBAMA, na época, na formação do santuário de vida silvestre”*.

Usamos até hoje esse nome santuário. O santinho maior sou eu e a outra santinha é a minha esposa, a Catarina. (*Palmas.*)

Nós nos preparamos por 2 anos antes de abrimos para o turismo. De 1990 a 1992 nós fizemos esse trabalho de preparação e abrimos em 1992.

Nós já tínhamos todo um trabalho de transformação de tudo que era produzido na fazenda e, durante muitos anos, antes de abrimos para o turismo, a nossa praça de venda foi Brasília. Nós vínhamos a Brasília e colocávamos a nossa produção aqui, trabalhando com, mais ou menos, umas 50 famílias.

No momento que tivemos todo esse trabalho, junto com a FUNATURA, de criação de um centro de visitantes, nós tivemos chance, então, de deixarmos de vir a Brasília, que era uma coisa difícil, pois — quem mexe com produção agrícola sabe — pegar um carro para vir para cá, sem nota fiscal, e atender um monte de clientes era um negócio que nos deixava muito tensos. A partir do momento em que pudemos trabalhar na fazenda e viver dentro da nossa área, fazendo as nossas vendas, foi uma tranquilidade.

Não foi brincadeira. Nós não tínhamos muito conhecimento do que era trabalhar com turismo ecológico. Eram os primórdios do turismo ecológico no Brasil. Esse grupo nos deu a segurança que precisávamos para entender o mundo que tínhamos na mão, porque, até então, segurando cabo de enxada, nós não tínhamos tido a oportunidade de observar como era o mundo ao nosso redor. Inclusive a



minha geração não teve acesso a livros técnicos que pudessem nos auxiliar e nos dar segurança sobre o mundo que habitávamos.

O Vagafogo inclui hoje, além de nós dois que estamos aqui, um filho que trabalha conosco e um neto de 15 anos que também nos auxilia. Então, somos um grupo familiar que faz o aproveitamento de tudo que é possível dentro da propriedade. Nós temos um pomar, gado, porco, galinha, cachorro, cavalo, um pouquinho de tudo, dentro da propriedade, e conseguimos escoar toda a nossa produção dentro da própria propriedade. Há quem nos pede para tentar colocar algum produto fora, mas não temos chance, pois conseguimos fazer com que a nossa produção seja toda escoada dentro da propriedade.

Nós temos algumas coisas em oferta. Não há esse trabalho todo que o Jeremias faz. Nossa atividade é um pouco diferenciada. Por ano, nós temos uma média, mais ou menos, de 12 mil pessoas passando pela propriedade. Enquanto ele recebeu 4 mil pessoas num final de semana de feriado, nós recebemos 300, e isso já não foi brincadeira. Para nós, 300 pessoas, em 3 dias de serviço, já é uma coisa assustadora, porque oferecemos um passeio à floresta; temos um serviço de *brunch*, em que servimos um café da manhã em que tudo que é colocado à mesa é produzido na propriedade, exceto dois itens, e, além disso, temos uma área de turismo aventura, em que conseguimos oferecer quatro atividades de turismo aventura para o pessoal que vai nos visitar, e temos a venda da produção dentro do nosso local.

Do público que recebemos, 75% é de Brasília e o restante é de Goiânia ou do resto do País. Temos uma visitação de um público excelente, maravilhoso, que entende bem que é uma propriedade pequena e que não tem uma grande cachoeira, apesar de ser muito comum em Pirenópolis ter uma grande cachoeira. Nós não a temos, mas temos um serviço excelente, e acho que uma boa parte desse público que nos visita vem por esse serviço. Nós temos visitantes especiais até para os cachorros, de gente que vem para bater papo com os cachorros e trazer presente para os cachorros.

No passado, nós atendíamos só aos sábados e domingos, com todos os serviços, mas, dada a importância hoje de Pirenópolis, que está a 5 quilômetros da nossa Reserva, nós temos atendimento para esse turismo todos os dias do ano.



Um segmento importantíssimo para nós hoje em dia, principalmente, neste segundo semestre, é o de educação ambiental. Hoje mesmo, enquanto nós estamos aqui, meu filho está lá, atabalhado, com dois grupos de escolas. Nós temos um trabalho de educação ambiental que é considerado de excelente qualidade por aqueles que nos visitam. Acho um pouco pretensioso chamar de “educação ambiental”, porque o período que nos é dado para trabalhar com essas escolas é muito curto. Às vezes, nós temos 2 ou 3 horas, que não são suficientes para fazermos um trabalho de educação ambiental. Prefiro chamá-lo de “informação ambiental”.

Nesses vinte e poucos anos de trabalho que nós temos, há algo curioso: existem pessoas que chegam à Reserva e dizem assim: *“Eu estive aqui como aluno, há 20 anos e hoje eu volto como professor de outra escola”*. Assim, há uma sementinha que vem sendo trabalhada por nós durante muitos anos, e, graças a Deus, vai indo tudo bem.

Mas eu gostaria de aproveitar este momento para falar mais especificamente sobre Reserva Particular do Patrimônio Natural — RPPN. Nós somos uma das primeiras do Brasil. A RPPN é uma instituição importantíssima, realmente, mas sempre digo que o Governo Federal ainda não estendeu o tapete vermelho para nós. Ainda não recebemos tudo aquilo que o Governo poderia nos doar, que foi prometido durante muito tempo, mas nada disso aconteceu.

Temos sorte de estarmos próximos geograficamente de Brasília, de Anápolis e de Goiânia. Isso nos traz tranquilidade e nos traz uma renda. Mas outras RPPNs que foram criadas, num ato fantástico de doação de uma área para a humanidade, não recebem o mesmo apoio, não têm a mesma facilidade que nós temos, por recebermos turistas e, dessa forma, obtermos grana para sustentar esse projeto.

Em outra reunião de que participei aqui no Congresso, há muito tempo — há uns 2 ou 3 anos, se não me engano —, eu disse que, depois que foi criado o ICMBio, não tive uma visita sequer, nem para dizer: *“Oi, nós somos do ICMBio e temos aqui um programa que poderia auxiliá-los”*. Não veio ninguém, nem para informar alguma coisa que estivesse acontecendo. Nada! Foi uma ausência total!

Eu sou membro de uma associação de RPPNs de Goiás e do DF, à qual, quando se que se marca uma reunião, vão três pessoas. As pessoas estão



desinteressadas, elas criam suas RPPNs, mas não se encontram, não há nada para ser discutido, não há um apoio sequer sendo dado. Não há nada de que nós pudéssemos nos orgulhar e dizer assim: *“Eu recebi apoio, porque o ICMBio descobriu que existe recurso não sei de onde”* ou qualquer outra coisa.

No momento, eu não preciso, mas há um monte de gente que precisa desse tipo de apoio. Dessa forma, acho que o Estado precisa dar uma atenção mais intensa a esses pequenos proprietários de RPPN e até aos grandes, porque eu acho que é uma instituição importante no Brasil.

Já me deram um sinal de que está na hora. Não sei se vai haver oportunidade de mostrar mais alguma informação. Não trouxe nada publicado, para ser mostrado aos senhores, mas eu gostaria de passar a página inicial da Vagafogo na Internet. Deem uma olhadinha nela, vai ser rápido.

Muito obrigado, gente. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quero agradecer ao Sr. Evandro e passar a palavra ao Sr. Cesar Victor do Espírito Santo, que é Secretário-Executivo da Fundação Pró-Natureza — Funatura.

O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO - Bom dia a todos. Primeiramente, eu gostaria de parabenizar a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados por esta iniciativa, cumprimentando o Donizete, da ECODATA, e também a Deputada Erika Kokay, que está representando a Casa e que faz parte da Frente Parlamentar Ambientalista. Há também, como apoiadores: EcoCâmara, Mais Cerrado, WWF-Brasil, Sudeco e Banco de Brasília — BRB.

O Evandro estava falando sobre esse trabalho inicial que a Funatura fez na Vagafogo. Desde 1986, que foi o ano de criação da Funatura, entendemos que precisávamos atuar em algumas questões fundamentais: a primeira delas foi a questão do Cerrado. Na época, em 1986, pouco se falava sobre a conservação do Cerrado. O Cerrado já sofria com o avanço da fronteira agrícola de forma muito intensa, e pouco se falava na conservação da rica biodiversidade do Cerrado principalmente.

Quando a Funatura foi criada, o objetivo maior era o de trabalhar com a conservação do Cerrado. Hoje, praticamente 30 anos depois — nós vamos fazer 30



anos no ano que vem — a situação do Cerrado é muito problemática. Muitas coisas foram ditas neste Seminário, e entendemos que é muito importante a definição de políticas públicas adequadas, não só em termos do uso da biodiversidade, como foi falado bastante aqui hoje ainda pela manhã, mas também em termos da conservação dessa biodiversidade.

Começamos a atuar no apoio e na definição de algumas políticas públicas que entendíamos importantes para o Cerrado, especialmente nesta parte da conservação. E não só atuávamos na conservação feita pelo poder público — apoiando a criação de unidades de conservação, realizando estudos para a criação de novas unidades de conservação do Cerrado brasileiro —, mas também já reconhecíamos desde o início a importância do envolvimento da iniciativa privada no esforço da conservação da biodiversidade. E não se tratava apenas do esforço da conservação, com a criação de áreas protegidas, mas também do trabalho que vem junto com esse esforço e que tem a ver com a questão da educação ambiental, da pesquisa e do uso público referente à visitação e ao ecoturismo.

Assim, vimos que isso era algo muito importante. Na época, ainda não existia a figura da RPPN — isso ocorreu entre 1986 e 1987. Depois, em 1990, começamos a trabalhar com alguns proprietários na perspectiva de criar os santuários de vida silvestre. Nessa perspectiva, como o Evandro disse, fizemos uma parceria com a Vagafogo, e foi criado o Santuário de Vida Silvestre Vagafogo.

Temos um grande orgulho desse trabalho na Vagafogo. Acredito que seja uma experiência extremamente exitosa. Sua área é pequena — em termos de área de conservação, não é tão grande —, mas o trabalho que lá foi feito, ao longo de todos esses anos, serviu de exemplo e ainda serve até hoje para vários outros proprietários de RPPNs Brasil afora.

O Evandro e a Catarina já fizeram várias palestras em vários seminários e congressos, e verificamos a importância da Vagafogo até hoje. E, em função da Vagafogo, vários proprietários criaram RPPNs na região de Pirenópolis, na região da Chapada dos Veadeiros, na região de Serranópolis, em Goiás, e em Minas Gerais, em São Paulo, enfim, no Brasil inteiro.

Acreditamos que isso seja algo muito importante, porque os donos das RPPNs têm interesses diversos. Alguns têm interesse basicamente em conservar



uma área pela qual tenham carinho — uma condição afetiva —, e eles simplesmente querem que aquela área se perpetue. Sendo assim, eles podem requerer o reconhecimento oficial, e isso é feito.

Há também vários proprietários que têm interesse em trabalhar com a sociedade, em fazer um trabalho de educação ambiental. Dessa forma, permitem que suas áreas sejam visitadas por grupos de alunos da rede escolar tanto pública quanto privada. No caso da rede pública, muitas vezes, os proprietários não cobram nada, fazem um trabalho voluntário. Em se tratando de escolas particulares, há uma cobrança, mas sempre dentro de um contexto que não é o de exploração. O papel dessas unidades é extremamente importante.

Há também os proprietários, que têm obviamente um potencial na mão e que podem ter retorno econômico não só com a visitação — o exemplo é a própria Vagafogo. Acho que isso ocorre também com a propriedade dos senhores e de vários outros no Brasil.

É possível a pessoas que querem viver na roça, vamos dizer assim, contar com um retorno econômico pelo uso de sua propriedade, criando uma RPPN e utilizando-a para o ecoturismo, com a venda de produtos artesanais e culinários. Muitas vezes, a reserva funciona como um polo de venda ou de exposição de material produzido na região por pequenos agricultores e por comunidades tradicionais. Isso é muito importante.

Nós verificamos que hoje, no Brasil, existem cerca de 780, quase 800 RPPNs e um total de 550 mil hectares. Trata-se de uma área considerável. Verificamos que há desde RPPNs muito pequenas, com menos de 1 hectare, até grandes RPPNs como a que existe no Pantanal, de propriedade do SESC, uma RPPN de quase 90 mil hectares, mas é exceção. Um grande número de RPPNs é composto de pequenas propriedades, com menos de 50 hectares. Existem médias propriedades, com 200 ou 300 hectares, no máximo. Algumas têm acima de 1.000 hectares, mas a grande maioria é formada de pequenas RPPNs, cujos donos são pequenos ou médios proprietários que participam desse esforço.

A Funatura, entendendo a importância disso, sempre teve como uma de suas linhas de ação o estímulo à criação de RPPNs por proprietários e, após isso, em alguns casos, a implantação da RPPN. Nós buscamos recursos junto a diversos



financiadores, tanto nacionais quanto internacionais, para ajudar os proprietários na implantação das RPPNs. Tivemos apoio, por exemplo, do GEF Cerrado — Global Environment Facility; do BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento; do PNUD — Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, além de entidades brasileiras como a Fundação Grupo Boticário, ONGs nacionais e internacionais como a WWF, a Conservação Internacional, que também entendem a importância desse trabalho.

Com isso, pudemos ajudar alguns proprietários na implantação de elaboração dos planos de manejo, que é algo exigido no momento em que se reconhece, pelo poder público, uma RPPN. É importante que o proprietário tenha um plano de manejo. Sendo assim, nas RPPNs em que atuamos, procuramos, junto com o proprietário, elaborar o plano de manejo para poder definir qual é a melhor estratégia de uso daquela área, o que é permitido — ecoturismo, pesquisa, educação —, também considerando a parte de proteção.

Há também a questão do uso público. É importante que, no plano de manejo, estejam definidas as áreas que podem ser visitadas, explicitando que tipo de visitação, que tipo de infraestrutura devem ser feitas. Em alguns casos, nós também ajudamos nessa infraestrutura. O que vemos, depois de tudo isso, é que continua sendo um desafio muito grande. Conforme o Evandro disse, o apoio do poder público ainda é pequeno e o reconhecimento também. Como ele relatou, o ICMBio, até hoje não foi lá fazer uma visita, por algum motivo.

Mas realmente não vemos, por parte do poder público, um reconhecimento desse esforço de conservação, educação ambiental e uso sustentável da biodiversidade, no sentido de estimular não só esses que já criaram as unidades dessas RPPNs, como também outros que queiram e venham a criar novas RPPNs.

Trata-se de um trabalho muito complexo, difícil, e aqueles que o criaram merecem todo nosso respeito. Com certeza, quem vai se beneficiar nem é a atual geração, mas as gerações futuras. É esse o objetivo das RPPNs.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu queria agradecer imensamente aos nossos expositores a oportunidade de conhecermos mais e de participarmos dessa reflexão. De pronto, quero dizer que nos cabe, frente às



demandas aqui apresentadas, organizarmos uma audiência pública, em parceria com o Deputado Sarney Filho, com o objetivo de chamar o ICMBio para participar dessa audiência pública, para discutirmos a parceria do Estado com as RPPNs. *(Palmas.)*

Na semana que vem, nós apresentaremos este requerimento de realização da audiência pública, para a qual chamaremos o ICMBio. Sugiro que seja feito um grupo de trabalho e que haja espaço para discussão do aprimoramento ou da criação desta parceria para essas atividades.

Neste momento, vamos dar oportunidade às pessoas que desejam fazer questionamentos ou registrar suas posições. Gostaria de saber quem deseja fazer uso da palavra. *(Pausa.)*

Sendo assim, gostaria que as pessoas que queiram se manifestar se posicionem aqui. Vamos limitar o espaço de fala a cinco pessoas no máximo e vamos conceder-lhes um prazo de 3 minutos. Temos espaço para mais uma pessoa falar. Se alguém mais quiser usar a palavra, complementaremos a inscrição.

Passemos ao primeiro inscrito.

Gostaria que o senhor se identificasse, dizendo o seu nome e de onde vem, e que pudesse fazer suas colocações.

O SR. JOÃO ACÁCIO - Obrigado. Meu nome é João Acácio. Sou assentado da reforma agrária no Município São João d'Aliança. Não vou perder tempo. Agradeço à ECODATA — Agência Brasileira de Meio Ambiente e Tecnologia da Informação ter-nos procurado.

Se eu exceder o tempo em alguns segundos, os senhores me perdoem — nós obedecemos ao cronograma de ontem e ficamos até 7h35min. Se eu me exceder alguns segundos, perdoem-me.

Eu vi as propostas de números que foram feitas ontem e me assustei com uma coisa. Parece que existe um ponto cego entre o poder público e as pesquisas que são feitas; entre o interesse do agronegócio e o apoio ao pequeno produtor. Eu espero que esse ponto escuro que há aí não venha a acontecer com as naveas que foram descobertas há pouco tempo na Amazônia, e foi necessário pessoas morrerem, para dizerem: *“Aqui há um ponto cego”*.



Imagino que o Sr. Landers, ontem, não conseguiu se expressar bem. Parece que existe alguém pequeno querendo execrar o grande. Não existe essa perseguição; o que existe é uma tentativa de controle. Parece que ele é muito claro, quando afirma que está tudo sob controle, que os venenos jogados nas grandes lavouras têm seus efeitos sob controle. Eu me preocupo, porque as pesquisas feitas e os estudos levantados mostram outra coisa.

Se está tudo bem, se é legal desmatar, com grande devastação do nosso cerrado, se está certa a posição de acordo com a qual o agronegócio não é uma agressão, o latifúndio não é agressão, estamos perdendo de tempo nesta reunião. Parece que está tudo bem, mas os estudos não mostram isso.

Também me surpreendi com o que disse uma professora cujo nome não gravei. Parece que há um fogo benéfico também. Segundo ela diz, esses biomas absorvem muito bem essas cinzas e depois vão buscar isso para suas raízes. Parece que está bem. Segundo ela, os vegetais conseguem sobreviver com as cinzas que ficam. Mas eu pergunto: dá tempo de o tamanduá sair desse fogo benéfico? Os tatus se escondem. E as abelhas? Dá tempo de elas saírem desse fogo rápido?

Outras pessoas argumentaram que, no planalto, o Cerrado, é a caixa de absorção de toda a água que sai para praticamente todo o País. Esse veneno está sendo absorvido por onde, já que essas árvores não existem mais? É o mesmo que colocar água em nossa boca e dizer assim: *“É um pouquinho de veneno só, mas está sob controle.”*

Eu acho que há um ponto cego nesse caso, porque o poder público não tem o radar que diz assim: *“Está tudo sob controle, porque os pesquisadores estão errados”*. Não sei a quem as pesquisas que aparecem neste País devem iludir, mas sabemos que a verdade não é essa.

Eu, por exemplo — desculpem-me se me excedo um pouco —, moro nesse assentamento rodeado de água, vivendo praticamente sem água potável. Há 17 anos, eu apanhava água na minha cisterna de três metros de profundidade. Hoje ela está com 13 metros e, nesta data, eu não tenho mais água. Isso significa que não foi o pequeno que destruiu, mas levamos boa parte da culpa. Hoje lá não existe mais caça, e não foi o pequeno que tocou os bichos para outro canto. Eles saem



procurando o seu lugar, o seu *habitat*. E lá não existe mais caça. E não fomos nós, os pequenos, que provocamos essa situação em que estamos vivendo lá hoje.

Eu acompanho a precipitação anual em uma reserva lá. É certo que baixou a quantidade de chuva, não está mais na média, mas não precisávamos estar na situação em que nos encontramos. Nós moramos na Chapada e, há pouco tempo, disseram que a média de consumo de veneno colocado nas lavouras está acima da média do consumo humano. Mas, para o Sr. Landers, está tudo legal. Foi o que eu entendi.

Para concluir, quero agradecer ao pessoal do nosso assentamento, que ontem até dormiu de mau jeito por aí. Não era a intenção, com certeza, do pessoal da ECODATA e nem a nossa. (*Palmas.*)

Gostaria de pedir-lhes desculpas e arrematar dizendo que as pesquisas muitas vezes são tiradas do campo e colocadas no laboratório. Em seguida, são divulgadas nas redes ou através de panfletos e livros. Muitas vezes não procuram o homem do campo para perguntar, por exemplo: “*O que aconteceu com a mangaba do cerrado? Foram vocês, do assentamento, que tocaram fogo, ou o grande agronegociador queimou as frutas do Cerrado, fazendo o desmatamento?*”

Se esse desmatamento é legal, se a solução no futuro é plantarmos muita soja e devastar todo o Cerrado, vamos plantar soja, comprar pequi de quem tiver e vamos pedir a alguém que traga de fora todos os produtos que nós temos no Cerrado. Aí teremos a solução do agronegócio.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada.

Encerramos as inscrições dos quatro oradores.

Passo a palavra ao próximo orador.

O SR. ODÉCIO VISINTIN ROSSAFA GARCIA - Meu nome é Odécio. Sou engenheiro agrônomo da ECODATA.

Eu queria reforçar aquilo que o Evandro falou sobre a história dos recursos. Estão presentes hoje nesta reunião assentados de 15 assentamentos. Trabalhamos de janeiro até agora nesses 15 Municípios. E os assentados enfrentam uma dificuldade muito grande, apesar da riqueza do seu conhecimento para fazer as geleias e as polpas. Lá em Cristalina, nós comemos uma torta de frango com



araticum, e todo esse brilhantismo eles não têm lá. E nem o INCRA, nem o ICMBio, nem o MDS, nem MMA, nem o MDA têm uma estrutura de conhecimento e de Assistência Técnica e Extensão Rural — ATER para fortalecer esses processos.

Acho que a audiência pública que a senhora propõe tinha que ser ampliada, porque a CONAB, com o PPA — Programa de Aquisição de Alimentos; o MDA, com a ATER; o MMA e o MDS, com a Segurança Alimentar, não estão olhando para esse processo. Fica aqui o registro e o desafio também.

Na parte da tarde, nós vamos voltar a esse tema. Como vamos colocar todos esses atores, como a Fundação Banco do Brasil, na mesma mesa para pensar a sustentação tão desejada para o Cerrado?

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Odécio.

Chamo o próximo orador para usar a palavra.

O SR. SEVERINO ALVACIR DE AZEVEDO - O meu nome é Severino Alvacir de Azevedo. Eu não tive muito tempo para estudar. Aqui em Brasília, nessa terceira fortuna, eu fiquei conhecido por Severino Carne de Sol, porque criei um grupo aqui denominado Severino Carne de Sol. Eram quatro churrascarias, e tudo começou aqui na Ceilândia. Há duas nos Estados Unidos: Áreas da Carne de Sol e Fazendas da Carne de Sol.

Eu fui um dependente químico por 23 anos. Meu pai veio para Brasília e, no começo, ficou muito rico — depois quebrou. Entendo um pouco de terra, porque, quando tinha de 13 para 14 anos, nós morávamos em Taguatinga Norte e lá plantávamos. Meu pai invadiu uma área naquela região e então a minha mãe plantou chuchu. Comíamos chuchu e 250 gramas de carne moída todos os dias. Éramos nove filhos, e aquilo tinha que dar. Meu pai voltava de Niquelândia num caminhão velho, no qual trazia galinhas e porcos para vender na feira.

Eu louvo a Deus porque, no começo de Brasília, meu pai chegou aqui, comprou e instalou uma draga de tirar areia. Ele conheceu Genésio Aparecido e José Aparecido, que levaram o meu pai de volta para Minas. Quando o meu pai instalou a draga de areia em Belo Horizonte e Pedro Leopoldo, eu tinha 16 anos e não aguentava mais trabalhar na draga.



Naquele momento, comprei fiado o meu primeiro caminhão. Para poder pagar o caminhão, trabalhava dia e noite, e passei a tomar rebite, que são anfetaminas. Acho que as mulheres o conhecem mais, porque é remédio de emagrecimento. Eu adquiri uma dependência de rebite. Com 18 anos, eu tinha já três carretas, duas quitadas, uma não paga e a dependência de rebite. Eu não conseguia parar de tomar rebite.

Transformei-me em empreiteiro da Andrade Gutierrez e fiquei muito rico. Tinha 800 funcionários e 35 engenheiros. Depois eu quebrei, porque parei de tomar rebite, porque me dava muita tristeza e muita angústia. Depois eu subempreitei uma obra da Andrade Gutierrez, na entrada de Catalão, a Usina Hidrelétrica Emborcação. Nesse ponto começou a minha segunda fortuna, e voltei a tomar rebite. Depois abri uma filial em Aracaju, depois em Maceió, Recife e João Pessoa.

Dos rebites, passei para cerveja, uísque, maconha, cocaína. Fui morar em Cabrobó e construí a Usina de Itaparica. Fui morar em Cabrobó porque a terra lá produzia muita maconha, e eu estava usando muita maconha como remédio.

Agora eu vou falar um pouco da Bíblia, porque fui obrigado a conhecê-la. A Bíblia, no Livro do Gênesis, diz que Deus criou os Céus e a Terra. Eu analiso a Bíblia hoje, porque não estudei nada. Então, através da Bíblia, em 2002 eu vim para cá. Depois de ter feito essa terceira fortuna, eu e o meu compadre Tatiko viemos para Brasília e consegui fazê-lo Deputado Federal. Conseguimos criar aqui a Frente Parlamentar Evangélica. Ele não era evangélico, eu sou. Depois dessa Frente, graças a Deus pude participar de mais de 30 Frentes Parlamentares. Por sinal, a do Sarney Filho é a Ambientalista.

Tenho sofrido bastante e aprendi muito lendo a Bíblia. Depois dessa Frente, eu fiz três teologias: a Teologia Católico-Apostólica Espírita, a Evangélica e a Católica.

Aprendi muito sobre o amor. A Bíblia diz em I Coríntios, 13, que trata da excelência do amor, nos versículos 7 e 8: *“Tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta. Mas o amor nunca falha (...).”* E o versículo 13, do Capítulo 13, diz: *“Agora, pois, permanecem a fé, a esperança e o amor, estes três, mas o maior destes é o amor.”* Estou sendo rápido e quero falar da Bíblia. Estou pedindo a Deus uma



direção para falar, porque desde ontem estou só ouvindo — ouvi tantas coisas e quero ser útil.

O Sr. Jeremias muito balançou o meu coração. Quando eu comprei, na Serra do Ouro, do Eunício Lopes de Oliveira, o parque temático, eu comecei a fazer ali o que o Beto Carrero fez em Santa Catarina. E a Bíblia diz, no Livro de Jeremias, que o coração é enganoso. Assim, eu aprendi com a Bíblia que o meu coração não pode ser enganoso.

A Bíblia revela, no Gênesis, que Deus criou o homem e a mulher e houve um arcanjo, a serpente, que chegou ali e se relacionou com a mulher, desviando a família do caminho do bem. Assim, a família deixou de ser a família original que Deus criou.

Faço parte da Associação da Família, que hoje tem 60 anos. Foi fundada na Coreia, país em que as pessoas plantavam arroz. Houve uma guerra e destruíram isso. Eu sigo a Associação da Família e a Bíblia, segundo a qual Deus criou uma lei: da terra, o homem tirará o seu sustento. A terra produz frutos, grãos — tudo a terra produz. Eu posso ver o amor dessas pessoas na Coreia. Hoje a Coreia é um país de Primeiro Mundo.

Como já estou com o tempo esgotado, vou encerrar minha fala. Deixo um abraço a uma pessoa por quem tenho uma admiração muito grande, a Deputada Erika Kokay. Eu queria chamá-la para criar uma frente parlamentar da família, família original, de Deus, sem religião.

Hoje estou sofrendo bastante porque eu não tenho mais religião, sou “unificacionista”. Eu quero unificar, com Deus no centro, os católicos e os evangélicos, porque a verdade, o amor e a vida são como uma família. O amor e a vida devem necessariamente seguir a verdade. A verdade e a vida devem também seguir o amor. Assim, o amor e a verdade devem necessariamente seguir a vida.

Eu vou só fazer uma pergunta à Deputada Erika Kokay: qual dos quatro é mais importante: o amor, a verdade, a vida ou a linhagem?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Depois nós responderemos.

O SR. SEVERINO ALVACIR DE AZEVEDO- Eu acho mais importante a linhagem, porque, quando temos uma linhagem pura, igual à de Jesus, temos um



amor puro. Jesus diz: “*Eu sou o amor, a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim*”.

Estou orando a Deus, o Pai verdadeiro, o Criador-criatura, para nós termos os atributos e o coração puro, a fim de resolvermos os problemas de tudo o que a terra produz.

Agradeço a oportunidade. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Está ótimo. Obrigada.

Passo a palavra ao último inscrito, para depois a devolvermos à Mesa.

O SR. LAURO JURGEAITIS - Bom dia a todos, meu nome é Lauro Jurgeaitis. Eu sou do Santuário de Vida Silvestre da Fazenda Volta da Serra. É muito bom estar aqui, ver novamente o Evandro. Eu fiz uma visita no ano de 1992 à sua propriedade. É muito bom estarmos juntos nessa caminhada, depois de tantos anos. Agradeço à Funatura também por toda a ajuda que foi dada ao nosso santuário, em sua criação e no plano de manejo.

A mensagem que eu gostaria de deixar-lhes é um chamamento para que todos nós continuemos essa caminhada, pela importância desse programa de santuário de vida silvestre. Ele é nossa doação não somente da nossa área, do nosso tempo, mas é a doação de um bem para a humanidade, como o Evandro disse muito bem.

Evandro, sou grato ao senhor e à Funatura.

Muito obrigado.

(Palmas.)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Antes de passar a palavra aos nossos expositores, eu digo ao Sr. Severino que eu acho que o mais importante é o amor.

Vou seguir a mesma ordem dos inscritos. Passo a palavra ao Jeremias, para que ele possa fazer as suas considerações por 3 minutos.

O SR. JEREMIAS LUNARDELLI NETO - Eu gostaria de falar um pouco sobre a RPPN, porque sobre ela eu não disse quase nada. Dentro daquele vídeo, eu deixei muito claro que o Projeto nº 4, que é o projeto do coração, é a RPPN, que engloba os rios, as águas, as APPs. Dentro dessa visão de uma ocupação diferenciada, com vários projetos, a RPPN ocupa o centro, no quarto projeto.



Esse é um papel extremamente importante, porque esse tipo de reserva funciona como uma leitora da qualidade das atividades que se desenvolvem em torno dela. Ela é um verdadeiro testemunho do estrago que estamos fazendo ou não no planeta. Temos as águas que passam também na RPPN, as quais têm que se manter com qualidade.

Fizemos parceria com a UFG, em Goiânia, para que eles façam leituras periódicas, a fim de que se saiba que a nossa biodiversidade não está sendo prejudicada, que as nossas águas estão sendo bem cuidadas.

Espero que nós, que temos RPPN, saibamos mostrar a importância dessas reservas, para que sejamos reconhecidos, estimulados e apoiados pelo Governo. Se não tivermos essa capacidade, ninguém vai olhar para nós. Para nós, a RPPN é o Projeto nº4, é o coração, é o que liga as coisas mais materiais com as coisas mais sutis. Trata-se de um projeto extremamente importante.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Parabéns, Jeremias.

Passo a palavra ao Sr. Evandro Ayer.

O SR. EVANDRO AYER - Vamos reafirmar mais uma vez a nossa história de RPPNs. Eu acho que o Vagafogo ainda tem uma importância enorme como um representante de uma RPPN que teve — é muito importante ser dito isso — o apoio fundamental de uma ONG, que nos deu uma roupagem técnica. Nós tivemos, não podemos negar, um apoio importantíssimo da Embaixada britânica, que, naquela época, entendeu que havia uma ONG, uma família e um projeto de alto nível que deveria ser apoiado, e nos apoiaram.

Esse pontapé inicial foi de grande importância para que pudéssemos desenvolver o projeto. Eu espero que isso aconteça com outras RPPNs que não tiveram a mesma sorte que nós tivemos e que eles tenham esse pontapé inicial, que o Estado possa patrociná-los.

Nós chegamos em uma época, quando foi feita a lei de RPPN, em que se dizia assim: “*O Estado, o Banco do Brasil poderia fazer um empréstimo de um dinheiro um pouco mais barato*”. Chega-se ao Banco do Brasil e se diz: “*Eu sou uma RPPN*”. O cara para no R e não sabe o que é o resto. Nunca ouviu falar do que seja uma RPPN, nunca foi feito nada para que isso pudesse acontecer.



Sobre o ITR, que é uma das coisas que nos garante que não vamos pagar imposto, o meu contador na cidade diz assim: *“Evandro, esqueça. Dá trabalho demais, ‘enche o saco’ esse negócio. Pague aí 100 reais por ano sobre o seu ITR e não fique nessa ‘encheção de saco’ que é fazer a história da isenção do imposto”*.

Nós não estamos fazendo isso pela isenção do Imposto Territorial Rural, nós estamos fazendo isso porque acreditamos na preservação. Antes da FUNATURA, antes de qualquer coisa de Governo, nós acreditávamos e fazíamos, como você também fez. Independentemente de apoio de Governo ou de ONG, nós preservamos, e preservaríamos mesmo que não tivéssemos tido esse tipo de apoio, porque acreditamos.

São muitos no Brasil que têm esse tipo de posição, mas ficam parados na hora de fazer uma RPPN porque a burocracia é muito grande, é muito chata.

Essa semana, telefonou-me uma moça de Goiás Velho. Eu disse: *“Moça, você está disposta? Você já entrou no site do ICMBio para saber o que tem que fazer para fazer a doação? Você tem que preparar tudo e dizer ao ICMBio: ‘Está tudo aqui, prontinho. Por favor, transformem-nos’”*.

Esta é uma coisa que se fica imaginando quando se faz encontro de “RPPNistas”. O pessoal da SOS Mata Atlântica, por exemplo, até teve um trabalho interessante além da SOS Mata Atlântica, que teve apoio de ONGs internacionais. O que nós temos no Cerrado? Qual dessas ONGs tem nos apoiado? O pequeno, que gostaria de poder trabalhar com RPPN, não consegue porque ele para no ICMBio, já fica desanimado e diz: *“Chega! Não vou fazer esse negocio, não”*.

Então, é por isso que eu acho que o Estado tem que dar um pouco mais de apoio para que nós possamos ter um número maior de gente protegendo as suas áreas e tendo o apoio necessário para isso. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Muito obrigada, Evandro.

Por fim, passo a palavra ao Cesar Victor do Espírito Santo.

O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO - Eu só queria reforçar isso que o Evandro disse. Realmente os proprietários particulares, a maioria dos donos de RPPN, como disse aqui, são pequenos proprietários; no máximo, são médios proprietários. Eles não têm condições, na maioria das vezes, de ter recursos próprios para implantar uma RPPN. Então, acho que realmente deve haver uma



mudança forte na política pública relacionada a essa questão dentro do ICMBio e também dentro dos Estados, para facilitar isso.

Um dono de uma área que será transformada, que quer que seja reconhecida como RPPN, deveria ser recebido com muito mais entusiasmo pelo poder público. Não é possível aceitar essa indiferença que ocorre em grande parte dos órgãos públicos, ou mesmo por parte do órgão federal com relação a isso.

Acho que a RPPN precisa, sim, de uma política mais forte. É preciso facilitar a vida de quem quer criar RPPN. É lógico que existem questões legais de títulos da terra que precisam estar resolvidas, mas, uma vez resolvidas, eu não vejo motivo nenhum para que o poder público não possa ajudar o proprietário, facilitando a vida e também indicando caminhos.

É óbvio que existem vários grupos de ONGs em todo o Brasil que se dedicam isso. Conforme o Evandro falou, na Mata Atlântica há o trabalho interessante da SOS Mata Atlântica, da Biodiversitas, do Boticário. No Cerrado, a Natura, como nós mencionamos, tem ajudado muito ao longo dos anos. Temos ajudado na captação de recursos para proprietários poderem fazer suas estruturas, seu plano de manejo, mas eu acho que há dependência de alguns grupos e, no contexto macro, acaba não sendo tão representativo. Então, é muito importante que o poder público realmente atue de forma mais forte nisso e tenha uma política mais bem definida de apoio a essas iniciativas.

Eu gostaria, mais uma vez, de reforçar a importância dessa iniciativa, do esforço de vários donos de áreas, para ajudar na conservação da biodiversidade do Brasil, o que implica um desprendimento. Com isso, ele está ajudando no esforço maior da Nação no que diz respeito à conservação da biodiversidade. Isso deve ser valorizado, respeitado e cada vez mais difundido.

Termino por aqui.

Agradeço mais uma vez a realização deste evento e a oportunidade de falar aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós chegamos ao fim da nossa Mesa.



Eu queria apenas, mais uma vez, agradecer ao Deputado Sarney Filho a iniciativa, a atividade realizada com uma série de parcerias absolutamente fundamentais.

A cada dia eu tenho mais consciência de que nós somos seres faltantes e, por sermos seres faltantes, somos seres querentes. Nós temos que reconhecer a nossa incompletude e trabalhar sempre em rede, o que é absolutamente fundamental, compreendendo inclusive que não somos donos da vida, mas fazemos parte de uma rede ou de uma trama de vida que deve ser homenageada todos os dias.

Por isso é importante nós darmos visibilidade ao Cerrado. O Cerrado é invisibilizado. O Cerrado não significa só a nossa fauna e flora, é como nos colocamos. Alguém acha que nós não somos frutos e parte do chão que pisamos? Nós carregamos o chão que pisamos e a relação que temos com outras formas de vida. Nós carregamos os nossos ancestrais. Nós sempre temos que nos encarar como semente dos que ainda vão chegar a esta terra.

Logo, é importante darmos visibilidade ao Cerrado e reconhecermos as nossas comunidades tradicionais, nossos povos tradicionais, que são negados. É importante o mapeamento das comunidades extrativistas, para que nós possamos entender como nos situamos na nossa humanidade, que não é reconhecida sem encararmos a rede e a trama de vida.

Também é muito importante que nós possamos trabalhar no mapeamento das comunidades, porque há um epistemicídio em curso. Eu penso que o Brasil viveu um genocídio e vive um etnocídio de várias comunidades indígenas e quilombolas, mas nós estamos vivendo um epistemicídio, a negação de um conhecimento que tem que ser encarado como tal, reconhecido como tal e tem que ser valorizado.

Portanto é importante discutirmos aqui o Cerrado, dando visibilidade a esse bioma, que significa também a forma como nos relacionamos com o outro e a cultura que temos; enfim, significa tudo o que a nossa humanidade nos permite.

Fico encantada de ter participado da coordenação desta Mesa e das experiências que aqui foram relatadas, com o compromisso nosso de estarmos realizando esta audiência pública, para que possamos ter o entendimento, por parte do poder público, da importância da RPPN, que são santuários fundamentais, que



não ficam ensimesmados. Ninguém aqui acredita que essas experiências ficam nos limites delas mesmas. Elas vão andando. Todos os que passam por ali ou todos os que veem a importância do respeito ao santuário estabelecido sabem que as vidas silvestres são absolutamente fundamentais para que andem e ganhem corpo.

Mais uma vez, agradeço ao Deputado Sarney Filho a iniciativa e a todos os parceiros que construíram este seminário, bem como a Frente Ambientalista e a Comissão de Meio Ambiente desta Casa.

Aviso a todos que encerramos os trabalhos da manhã com esta Mesa, mas reitero o retorno às 14 horas com a Mesa cujo tema será *Projeto Rotas da Sociobiodiversidade do Cerrado*, com Wellington Silva Teixeira, realizando a exposição de objetivos, metodologias, beneficiários e resultados dos projetos desenvolvidos pela ECODATA com apoio do Ministério da Integração Nacional e da SUDECO.

Às 16 horas, será tratado o tema *Cerrado e Oportunidade de Negócios na Alimentação*, com o Dudu Camargo, Clóvis José de Almeida, Lauro Jurgeaitis, Lui Veronese e Francisco Ansiliero. Há também uma geração de renda e o estabelecimento de uma cadeia produtiva não agressiva, respeitando todas as formas de vida, e a alimentação é um aspecto disso.

Nós vamos encerrar este seminário com um coquetel, para o qual convidamos todos, às 18 horas, com a Frutos do Cerrado alimentando outros frutos do Cerrado, que somos cada um de nós.

Eu encerro apenas lembrando um poema do Nicolas Behr, daqui de Brasília: *“Nem tudo o que é torto é errado. Veja as pernas do Garrincha e as árvores do Cerrado”*. E acrescento algo, porque a Inquisição dizia que a mulher era o sinônimo do pecado, tanto é que era torta, porque tinha vindo de uma costela torta de Adão. Eu acrescentei, sem autorização do Nicolas Behr, o seguinte: *“Nem tudo o que é torto é errado. Veja as pernas do Garrincha, ‘a costela de Adão’ e as árvores do Cerrado”*.

Muito obrigada.

Declaro encerrada esta Mesa. (*Palmas.*)